RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

1. Atividades Avulsas ou Extrajudiciais		Valores	%
1.1.	Consulta	R$ 600,00	
1.2	Consulta excepcional/urgente (fora do horário comercial)	R$ 1.200,00	
1.3	Hora intelectual	R$ 1.200,00	
1.4	Parecer ou memorial	R$ 5.200,00	
1.5	**Acompanhamentos**		
1.5.1.1	Acompanhamento de citação, notificação, intimação, interpelação e exames periciais	R$ 1.250,00	
1.5.1.2	Acompanhamento ou exame de documentos em órgão público	R$ 1.700,00	
1.5.1.3	Acompanhamento de depoimento pessoal ou inquirição de testemunhas (por ato)	R$ 3.300,00	
1.6	Manutenção de processo judicial ou administrativo – valor mensal facultativo, sem prejuízo das demais disposições contratuais	R$ 300,00**	
1.7	Diária de viagem	R$ 500,00	
1.8	Encaminhamento de escrituras públicas com assistência ao ato	R$ 3.500,00	
1.9	Elaboração ou revisão de contrato	R$ 3.000,00	3%
1.10	Cobrança amigável (Art.395 do CC/2002), independente dos honorários contratuais	R$ 1.750,00	10%
1.11	Consignação em pagamento na via extrajudicial	R$ 2.950,00	10%
1.12	Exame e visto em instrumento de constituição de pessoa jurídica	R$ 2.950,00	
1.13	Elaboração de notificação extrajudicial	R$ 1.250,00	
1.14	Elaboração de minuta de estatuto, escritura ou documento	R$ 4.950,00	3%
1.15	Participação e assessoria em assembleias	R$ 2.500,00	
1.16	Requerimento ou petições	R$ 2.000,00	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

Nota explicativa do item 1.6: o valor indicado nesta rubrica constitui referencial mínimo. O advogado poderá pactuar o valor deste serviço em período ou quantia diversa, conforme adequação ao caso concreto, inclusive por percentual sobre o valor da causa ou proveito econômico, permitindo-se a cobrança em formato mensal, trimestral, semestral ou anual.

2. Atividades em Juizados Especiais: Estadual e Federal		Valores	%
2.1	Inicial ou contestação e audiência	R$ 1.980,00	20%
2.2	Atuação em segunda instância	R$ 1.480,00	10%
2.3	Sustentação Oral perante Turmas Recursais	R$ 1.480,00	10%
2.4	Cumprimento de Sentença	R$ 1.700,00	10%

3. Atividades em Procedimentos de Autocomposição – Mediação		Valores	%
3.1	Representação integral em procedimento de mediação; conciliação; negociação e/ou advocacia colaborativa	R$ 8.000,00	10%
3.2	Hora técnica em atos dos procedimentos de mediação; conciliação; negociação e/ou advocacia colaborativa	R$ 800,00	
3.3	Redação, revisão e/ou pedido de homologação de Termo de Acordo, sem participação nas etapas anteriores do procedimento	R$ 4.000,00	
3.4	Atuação integral como mediador(a) ou conciliador(a) em contexto extrajudicial	R$ 8.000,00	
3.5	Hora técnica como mediador(a) ou conciliador(a) em contexto extrajudicial	R$ 800,00	

4. Atividades em Matéria Administrativa		Valores	%
4.1	**Sindicância e processo administrativo**		
4.1.1	Sindicância – acompanhamento/defesa	R$ 4.450,00	10%
4.1.2	Processo administrativo – acompanhamento/defesa	R$ 14.900,00	20%
4.1.3	Recurso em fase administrativa	R$ 8.700,00	10%

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

4.2	**Atuação Judicial**		
4.2.1	Ação ou defesa - fase judicial	R$ 24.700,00	20%
4.2.2	Recurso - fase judicial	R$ 12.350,00	10%
4.3	**Licitações e contratos públicos**		
4.3.1	Acompanhamento de sessões e prazos de processo licitatório	R$ 3.500,00	1,5%
4.3.2	Parecer jurídico sobre edital	R$ 3.500,00	
4.3.3	Parecer sobre contrato público e/ou termo aditivo	R$ 4.000,00	
4.3.4	Recurso ou contrarrazões em processo licitatório	R$ 4.000,00	3%
4.3.5	Cobrança extrajudicial por inadimplência de contrato público	R$ 5.000,00	5%
4.3.6	Execução judicial de contrato público	R$ 10.000,00	10% a 20%
4.4	**Improbidade Administrativa e Ações Correlatas**		
4.4.1	Acompanhamento de celebração de Acordo de Não Persecução Cível	R$ 4.000,00	
4.4.2	Defesa em inquérito de improbidade administrativa	R$ 10.000,00	5%
4.4.3	Defesa judicial em ações de improbidade, ação civil pública e ações populares	R$ 15.000,00	10% a 20%
4.4.4	Recurso de apelação em ações de improbidade, ação civil pública e ações populares	R$ 15.000,00	5%
4. 5	**Prestação de contas (Câmara Municipal, Tribunal de Contas ou Controladoria)**		
4.5.1	Defesa e Acompanhamento em Prestação de Contas	R$ 20.000,00	
4.5.2	Recurso em Prestação de Contas	R$ 12.000,00	5%
4.5.3	Atuação em Tomada de Contas Especial	R$ 25.000,00	10%

	5. Atividades em Matéria Ambiental e Urbanística	**Valores**	**%**
5.1	Análise dos aspectos ambientais e urbanísticos de	R$ 4.700,00	3%

	contrato		
5.2	Procedimentos ou defesa administrativa, inclusive auto de infração, sobre valor econômico	R$ 7.050,00	10%
5.3	Atuação ou acompanhamento de licenciamento ou certificação ambiental ou urbanístico	R$ 11.750,00	3%
5.4	**Processo contencioso**		
5.4.1	Defesa em Inquérito Civil	R$ 11.750,00	10%
5.4.1	Defesa em Processo Civil	R$ 16.450,00	20%
5.5	Atuação em Inquérito Civil, Ação Civil Pública ou Ação Popular em matéria ambiental ou urbanística	R$ 23.450,00	20%
5.6	Atuação em audiência isolada para coleta de prova	R$ 3.300,00	
5.7	Acompanhamento de Estudos ou Projetos Ambientais ou Urbanísticos	R$ 14.070,00	15%
5.8	Parecer sobre interpretação de normas ambientais ou urbanísticas, sobre projeto ambiental ou urbanístico ou sobre qualquer tipo de lançamento	R$ 9.380,00	5%
5.9	Processo-crime ambiental ou urbanístico	R$ 28.140,00	
5.10	Atuação em audiência pública	R$ 4.700,00	
5.11	Assessoria em regularização ambiental ou fundiária	R$ 14.070,00	
5.12	Atuação em procedimentos administrativos ou licitatórios envolvendo temas ambientais e urbanísticos	R$ 14.070,00	
5.13	Acompanhamento e negociação de Termos de Compromisso e Termos de Ajustamento de Conduta	R$ 7.050,00	10%
5.14	Ação anulatória de auto de infração ou mandado de segurança	R$ 14.070,00	15%
5.15	Atuação como *amicus curiae* em matéria ambiental	R$ 28.140,00	
5.16	Assessoria e consultoria em *due diligence* e compliance ambiental ou urbanística	R$ 14.070,00	
5.17	Assessoria e consultoria em ESG	R$ 28.140,00	

5.18	Participação em reuniões técnicas em órgãos ambientais e urbanísticos	R$ 1.650,00	
Nota explicativa: A prática da advocacia em matéria ambiental e urbanística tem admitido outras formas de contratação e precificação de serviços, como, por exemplo, por hora técnica trabalhada. Nas atividades de assessoria e consultoria é comum a adoção de modelo de cobrança por hora técnica trabalhada, com estimativa de cômputo de horas com base em setor de atuação, porte e complexidade da operação do cliente.			

6. Atividades em Matéria Bancária		Valores	%
6.1	Ação Revisional	R$ 7.500,00	20% do valor da dívida atualizado
6.2	Ação de Busca e apreensão	R$ 7.500,00	20% do valor do bem atualizado
6.3	Ação de Consignação em Pagamento	R$ 6.000,00	20% do valor do bem atualizado
6.4	Ação de Prestação de Contas	R$ 8.000,00	20% sobre o proveito econômico
6.5	Ação de Produção Antecipada de Provas	R$ 5.000,00	
6.6	Ação de Superendividamento individual em matéria bancária	R$ 8.500,00	20% sobre o proveito econômico
6.7	Ações indenizatórias (cobrança indevida; venda casada; negativação indevida, cartão de crédito não solicitado, entre outras)	R$ 5.000,00	30% sobre o proveito econômico
6.8	Ações judiciais relacionadas a financiamentos imobiliários	R$ 7.500,00	20%
6.9	Acompanhamento de cliente em reunião com gerentes/negociações em instituição financeira (até 2 reuniões)	R$ 1.000,00	
6.10	Assessoria em Portabilidade de Crédito, Refinanciamento de Dívidas e superendividamento (todos na fase extrajudicial)	R$ 8.000,00	10% sobre o valor da dívida atualizado
6.11	Assessoria mensal para instituições financeiras de grande porte (acima de 101 colaboradores, acima de 11 agencias)	R$ 50.000,00	
6.12	Assessoria mensal para instituições financeiras de médio porte (entre 31 a 100 colaboradores, 3 a 10 agencias)	R$ 25.000,00	
6.13	Assessoria mensal para instituições financeiras de pequeno porte (entre 20 a 30 colaboradores, 1 a 2 agencias)	R$ 10.000,00	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

6.14	Assessoria para constituição de Fundos de Investimento, FIAGRO, FIDIC e outros e assessoria continuada anual	R$ 100.000,00	
6.15	Consultoria e elaboração de atos constitutivos de cooperativas de crédito, instituições de microcrédito, instituições de seguro e resseguro	R$ 20.000,00	
6.16	Consultoria em Blockchain, Bitcoins, Tokenização de ativos, NFT e demais relacionados	R$ 50.000,00	
6.17	Consultoria para estruturação, criação de Fintechs, Instituições de Pagamentos e outras de Pequeno Porte incluindo Adequação conforme regulações do Banco Central e assessoria anual continuada	R$ 100.000,00	
6.18	Consultoria, criação e assessoramento de Empresa Simples de Crédito (LC 167/2019) e assessoria anual continuada	R$ 50.000,00	
6.19	Defesa e Atuação em Ação Civil Pública	R$ 35.000,00	20%
6.20	Embargos do executado, monitórios e/ou defesas do devedor, crédito rural ou não	R$ 10.000,00	20%
6.21	Execução de Título Extrajudicial em matéria bancária	R$ 6.000,00	20%
6.22	Notificação extrajudicial em geral incluindo para prorrogação de dívida rural	R$ 1.200,00	3% sobre o valor da dívida atualizado
6.23	Parecer Jurídico / Legal Opinion acerca do regulatório referente ao Banco Central e seus órgãos e autarquias	R$ 12.000,00	
6.24	Parecer jurídico sobre contrato bancário	R$ 4.000,00	

Notas explicativas:

20.1. Valor do saldo credor em favor do cliente (Referente ao serviço do Item 6.4)

20.2. Valor da dívida reestruturada/reduzida (Referente ao serviço do Item 6.6)

20.3. Incidindo sobre o valor da indenização ou restituição efetivamente recebida pelo cliente. (Referente ao serviço do Item 6.7)

Considerações importantes:

21.1. A Assessoria Jurídica Continuada (itens 6.14, 6.17 e 6.18) compreende a prestação de serviços de consultoria e acompanhamento jurídico de caráter permanente, por período determinado (mensal/anual), visando à prevenção de litígios e ao suporte às operações cotidianas do cliente. Inclui, mas não se limita a: Consultas: Orientações verbais ou escritas sobre questões jurídicas ordinárias e rotineiras, por telefone, e-mail ou reuniões presenciais (limitadas a um número/horas a serem definidas em contrato); Elaboração/Revisão de Documentos Simples: Minutas e revisões de contratos de baixa complexidade, pareceres concisos e notificações extrajudiciais de caráter consultivo; Acompanhamento de Novas Regulamentações: Informações sobre alterações legislativas e normativas que impactem a atividade do cliente.

21.2. Excluem-se da Assessoria Jurídica Continuada, e serão objeto de honorários apartados, os seguintes serviços: Atuação Contenciosa: Propositura, defesa ou acompanhamento de quaisquer ações judiciais (cíveis, criminais, administrativas, trabalhistas, etc.) ou arbitrais, bem como atuação em juizados especiais; Atuação Administrativa Sancionatória/Regulatória: Defesa em processos administrativos decorrentes de autuações, fiscalizações ou investigações por órgãos reguladores (ex: Banco Central, CVM, PROCON).

Grandes Projetos/Operações: *Due diligences*, reestruturações societárias complexas (fusões, aquisições, cisões), emissões de valores mobiliários, estruturação de operações financeiras complexas ou projetos que exijam dedicação de equipe ou volume de trabalho extraordinário.

Alto Volume de Demandas: O número de horas ou de demandas a serem cobertas pela assessoria contínua será detalhado no contrato específico, sendo que o excedente será cobrado à parte.

Cobrança e Recuperação de Crédito: Atuação em processos de cobrança judicial ou extrajudicial de carteiras de crédito.

O contrato de honorários específico deverá detalhar o escopo, volume e periodicidade dos serviços, bem como a forma de cobrança de eventuais serviços excedentes ou excluídos desta modalidade.

	7. Atividades em Matéria Cível	Valores	%
7.1	Procedimento ordinário: proposição ou defesa	R$ 8.900,00	20%
7.2	Procedimento sumário: proposição ou defesa	R$ 6.200,00	20%
7.3	Cumprimento de sentença	R$ 4.950,00	20%
7.4	Impugnação ao cumprimento de sentença	R$ 4.950,00	20%
7.5	Execução de título extrajudicial	R$ 4.950,00	20%
7.6	Impugnação/Embargos à execução de título extrajudicial	R$ 4.950,00	20%
7.7	Impugnação/Embargos à penhora, à arrematação, à adjudicação, ao leilão, de títulos judiciais e extrajudiciais	R$ 4.950,00	20%
7.8	Processo cautelar específico: incidental ou preparatório	R$ 4.950,00	10%
7.9	Processo cautelar inominado: incidental ou preparatório	R$ 6.200,00	20%
	Procedimentos Especiais		
7.10	Consignação em Pagamento	R$ 6.200,00	20%
7.11	Depósito	R$ 4.950,00	10%

7.12	Anulação e Substituição de Título ao Portador	R$ 4.950,00	10%
7.13	Prestação de Contas	R$ 14.800,00	10%
7.14	Jurisdição Voluntária Inominada	R$ 6.200,00	10%
7.15	Ação de retificação de registro público	R$ 6.200,00	
7.16	Alvará Judicial	R$ 2.950,00	20%
7.17	Ação de constituição, extinção de usufruto ou fideicomisso	-	10%
7.18	Mandado de Segurança	R$ 9.850,00	20%
7.19	Ação de dissolução de sociedade	R$ 9.850,00	20%
7.20	Ação de cancelamento de protesto	R$ 6.200,00	15%
7.21	Mandado de Injunção	R$ 6.200,00	
7.22	Habeas data	R$ 6.200,00	

	8. Atividades em Matéria de Consumo	Valores	%
8.1	**Consultivo especializado**		
8.1.1	Consultoria normativa e regulatória: interpretação de normas de consumo, revisão de políticas corporativas	R$ 900,00/h	
8.1.2	Consultoria em matéria de superendividamento: análise preventiva, conciliação, planejamento de renegociação de dívidas (Lei 14.181/21)	R$ 1.000,00/h	10% a 15% sobre o valor renegociado
8.1.3	Consultoria envolvendo fato do produto ou serviço	R$ 850,00/h	
8.1.4	Consultoria envolvendo vício do produto ou serviço	R$ 850,00/h	
8.1.5	Consultoria em matéria de riscos e desenvolvimento do mercado de consumo: segurança de produtos, recall, compliance e responsabilidades em matéria de consumo	R$ 1.200,00/h	3% a 10% sobre o valor econômico/mercado afetado
8.1.6	Consultoria em matéria de relações de consumo no ambiente digital: plataformas, apps, e-commerce, publicidade digital e influencers	R$ 1.200,00/h	
8.1.7	Treinamentos e capacitação em matéria de consumidor: orientação de equipes internas e	R$ 1.000,00/h	

	jurídicos internos sobre direito do consumidor, práticas de compliance e prevenção em matéria de consumo		
8.2	**Atuação Administrativa**		
8.2.1	Procedimento ou defesa administrativa sobre o valor econômico envolvido, como mandatário da empresa	R$ 8.670,00	10 a 20%
8.2.2	Parecer sobre normas de relação de consumo perante órgãos administrativos	R$ 5.900,00	10 a 20%
8.2.3	Representação em órgãos de consumo: PROCON, SENACON, DECON e INMETRO	R$ 7.500,00	10 a 20%
8.2.4	Representação perante BACEN, CVM e Agências Reguladoras	R$ 7.500,00	10 a 20%
8.2.5	Atuação perante Ministério Público: proteção de interesses coletivos, ações civis públicas, inquéritos civis e outras atividades correlatas em matéria de consumo	R$ 9.500,00	10 a 20%
8.2.6	Atuação perante Vigilância Sanitária/ANVISA: saúde, segurança alimentar e farmacêutica	R$ 12.000,00	10 a 20%
8.2.7	Atuação perante Polícia Civil/Delegacias do Consumidor: crimes contra o consumidor, estelionato, fraude e correlatos envolvendo matéria de consumo	R$ 15.000,00	
8.3	**Atuação Judicial**		
8.3.1	Ação individual movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor pelo fato do produto ou serviço	R$ 8.670,00	20%
8.3.2	Ação individual movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por vício do produto ou serviço	R$ 8.670,00	20%
8.3.3	Ação individual movida pelo consumidor, visando responsabilizar o fornecedor por publicidade enganosa ou abusiva	R$ 8.670,00	20%
8.3.4	Ação individual movida pelo consumidor, visando à nulidade de cláusulas abusivas em contratos de consumo	R$ 8.670,00	20%
8.3.5	Demais ações individuais do rito ordinário envolvendo matéria de consumo	R$ 8.670,00	20%

8.3.6	Ação individual movida pelo consumidor perante o Juizado Especial Cível	R$ 7.000,00	20%
8.3.7	Atuação em audiência isolada, para coleta de prova oral	R$ 3.300,00	20%
8.3.8	Ações coletivas: ACP, interesses difusos e homogêneos, demandas estratégicas	R$ 15.000,00	20%
8.3.9	Prestação de consultoria em matéria criminal envolvendo interesse do consumidor	R$ 12.000,00	20%
8.3.10	Prestação de consultoria em matéria criminal envolvendo interesse do fornecedor	R$ 15.000,00	20%
8.3.11	Superendividamento: repactuação, acordos coletivos, proteção judicial do consumidor (de interesse do consumidor)	R$ 10.000,00	20%
8.3.12	Superendividamento: repactuação, acordos coletivos, proteção judicial do consumidor (de interesse do fornecedor)	R$ 14.000,00	20%
8.3.13	Riscos e desenvolvimento do mercado: recall, incidentes graves, responsabilidade civil de alta complexidade	R$ 16.000,00	20%
8.3.14	Ação judicial envolvendo matéria de Consumo digital: plataformas, apps, e-commerce, influencers marketing digital (de interesse do consumidor)	R$ 12.000,00	20%
8.3.15	Ação judicial envolvendo Consumo digital: plataformas, apps, e-commerce, influencers, marketing digital (de interesse do fornecedor)	R$ 14.000,00	20%
8.4	**Atuação em Representação e Convenções**		
8.4.1	Representação de entidades civis de consumidores em convenções coletivas	R$ 7.000,00	
8.4.2	Representação de associações de fornecedores em convenções coletivas	R$ 8.250,00	
8.4.3	Representação de sindicatos de categoria econômica de consumidores e fornecedores em convenções coletivas	R$ 11.750,00	20%

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

9. Atividades em Matéria da Criança e do Adolescente		Valores	%
9.1	Defesa em procedimento de apuração de ato infracional	R$ 9.150,00	
9.2	Audiência de oitiva informal perante o Ministério Público (referência ao art. 179 do Estatuto da Criança e do Adolescente)	R$ 1.950,00	
9.3	Pedido de revogação de internação provisória	R$ 5.250,00	
9.4	Habeas Corpus no horário de expediente	R$ 11.720,00	
9.5	Habeas Corpus perante plantão	R$ 14.350,00	
9.6	Defesa técnica em execução de medidas socioeducativas	R$ 9.150,00	
9.7	Acompanhamento da formulação do Plano Individual de Atendimento	R$ 5.210,00	
9.8	Impugnação ao Plano Individual de Atendimento	R$ 5.210,00	
9.9	Audiência de reavaliação de medida socioeducativa	R$ 5.210,00	
9.10	Defesa em procedimento de aplicação de sanção disciplinar a adolescente submetido à medida de internação	R$ 5.210,00	
9.11	Pedido incidental (revogação, unificação ou substituição de medida socioeducativa)	R$ 5.210,00	
9.2	**Procedimentos referentes ao Direito à Convivência Familiar e Comunitária**		
9.2.1	Adoção (Parâmetros estabelecidos na tabela referente ao direito de família)	R$ 9.770,00	
9.2.2	Defesa dos genitores em caso de destituição do poder familiar	R$ 6.550,00	
9.2.3	Defesa do tutor ou do guardião legal em caso de perda ou modificação da tutela ou guarda	R$ 6.550,00	
9.2.4	Ação de danos materiais e morais decorrente de desistência do pretendente em relação à guarda com fins de adoção ou a devolução da criança ou do adolescente depois do trânsito em julgado da sentença de adoção	R$ 6.550,00	

9.2.5	Defesa em processos judiciais de crianças e adolescentes em acolhimento (institucional ou familiar) na perda da guarda	R$ 7.850,00	
9.2.6	Reconhecimento voluntário da paternidade perante o oficial do registro civil das pessoas naturais (Provimento nº 83/19 do CNJ)	R$ 3.910,00	
9.3	**Procedimentos relativos a ações coletivas e outros procedimentos especiais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente**		
9.3.1	Representação de entidade em ação civil pública	R$ 7.850,00	
9.3.2	Mandado de segurança e ação ordinária c/c preceito cominatório visando direito fundamental (educação, saúde, etc.)	R$ 7.850,00	
9.3.3	Defesa em relativo à aplicação penalidades administrativas	R$ 5.210,00	
9.4	**Outras ações judiciais, conforme art. 148, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente (atuação de risco)**		
9.4.1	Ação visando tratamento de capacidade ou o consentimento para o casamento	R$ 3.910,00	
9.4.2	Pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar (incluso autorização de viagem)	R$ 3.910,00	
9.4.3	Emancipação	R$ 6.190,00	
9.5	**Atuação junto ao Conselho Tutelar**		
9.5.1	Defesa em procedimento contencioso junto ao Conselho Tutelar, Conforme Res. 170/12 do CONANDA	R$ 5.210,00	
9.5.2	Pedido a autoridade judiciária de revisão de deliberação do Conselho Tutelar (art. 137, do Estatuto da Criança e do Adolescente)	R$ 5.210,00	

10. Atividades em Matéria Desportiva		Valores	%
10.1	**Justiça Desportiva**		

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

10.1.1	Defesa Justiça Desportiva por denunciado (1o. Grau CD- Pleno do TJD)	R$ 1.880,00 (Série A) R$ 1.315,00 (Série B) R$ 920,00 (Demais)	
	Defesa Justiça Desportiva por denunciado (2o. Grau oriundo dos TJDs, CD e Pleno do STJD)	R$ 3.760,00 (Série A) R$ 2.630,00 (Série B) R$ 1.840,00 (Demais)	
10.1.2	Procedimentos Especiais junto à Justiça Desportiva	R$ 4.690,00	
10.1.3	Ação Cível: procedimento ordinário (proposição ou defesa)	R$ 11.725,00	20%
10.1.4	Ação Cível: procedimento sumário (proposição ou defesa)	R$ 7.040,00	20%
10.2	**Direito do Trabalho Desportivo**		
10.2.1	Patrocínio de reclamante (atleta) - sobre a condenação ou acordo (Justiça do Trabalho ou CNRD)	R$ 7.040,00	20%
10.2.2	- Acréscimo em caso de Recurso Ordinário (atleta)	R$ 2.345,00	5%
10.2.3	- Acréscimo em caso de Recurso de Revista (atleta)	R$ 4.690,00	5%
10.2.4	- Acréscimo em caso de Recurso CBMA (atleta)	R$ 4.690,00	5%
10.2.5	Patrocínio de reclamado (clube) - sobre o valor real do pedido (Justiça do Trabalho ou CNRD)	R$ 7.040,00	20%
10.2.6	- Acréscimo em caso de Recurso Ordinário (clube)	R$ 2.345,00	5%
10.2.7	- Acréscimo em caso de Recurso de Revista (clube)	R$ 4.690,00	5%
10.2.8	- Acréscimo em caso de Recurso CBMA (clube)	R$ 4.690,00	5%
10.2.9	Consultoria Jurídica, sem vínculo empregatício, a entidade de prática desportiva com mais de 35 atletas e/ou membro(s) de comissão(ões) técnica(s)	R$ 23.450,00	
10.2.10	Consultoria Jurídica, sem vínculo empregatício, a entidade de prática desportiva com menos de 35 atletas e/ou membro(s) de comissão(ões) técnica(s)	R$ 11.725,00	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

10.2.11	Consultoria Jurídica, sem vínculo empregatício, a Agentes (pessoa física ou jurídica) com mais de 20 atletas	R$ 6.000,00	5% (Consultar nota 1)
10.2.12	Consultoria Jurídica, sem vínculo empregatício, a Agentes (pessoa física ou jurídica) com menos de 20 atletas	R$ 3.000,00	5% (Consultar nota 2)
10.3	**Atividades em outros Órgãos Esportivos**		
10.3.1	Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta etc.) frente às entidades de administração do desporto - âmbito nacional e regional	R$ 11.725,00	20%
10.3.2	Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta etc.) frente à CNRD (excetuada matéria trabalhista)	R$ 11.725,00	20%
10.3.3	Procedimento litigioso na defesa de interesse de cliente (clube, agente, atleta etc.) frente à FIFA e TAS/CAS	R$ 46.900,00	20%
10.3.4	Participação em painel (audiência/recurso)		5%
10.3.5	Atuação administrativa em casos de doping perante a ABCD	R$ 5.000,00	
10.3.6	Procedimento litigioso em casos de doping perante o TJD-AD	R$ 8.000,00	

Notas explicativas:

1. Percentual incidente sobre a comissão do Agente em negociação com a participação do Advogado. (Em relação ao serviço do Item 10.2.11).

2. Percentual incidente sobre a comissão do Agente em negociação com a participação do Advogado. (Em relação ao serviço do Item 10.2.11).

Observação importante – Idioma Estrangeiro:

Os valores em matéria desportiva são acrescidos de 20% caso a atuação envolva atletas, clubes e contratos em língua estrangeira.

11. Atividade em Matéria Digital		Valores	%
11.1	**Notificação Extrajudicial**		
11.1.1	Desbloqueio/reativação de conta em rede social	R$ 4.225,00	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

11.1.2	Desbloqueio/reativação de conta em marketplace (mercado nacional)	R$ 4.225,00	
11.1.3	Desbloqueio/reativação de conta em marketplace (mercado internacional)	R$ 4.225,00	
11.1.4	Remoção de conteúdo online	R$ 4.225,00	
11.2	**Termos e Documentos digitais**		
11.2.5	Termo de Uso de Site	R$ 4.550.00	
11.2.6	Termo de Uso de Software e/ou Aplicativo	R$ 4.550.00	
11.2.7	Termo de Autorização de Uso de Imagem	R$ 4.550.00	
11.2.8	Política de Cookies	R$ 3.550,00	
11.2.9	Termo de Adesão/Licença de Software	R$ 4.550.00	
11.3	**Contratos Digitais**		
11.3.10	Contrato de Desenvolvimento de Software	R$ 6.500,00	3%
11.3.11	Contrato de Desenvolvimento de Website	R$ 6.500,00	3%
11.3.12	Contrato de Desenvolvimento de Aplicativo	R$ 6.500,00	3%
11.3.13	Contrato de Fornecimento de Tecnologia	R$ 6.500,00	3%
11.3.14	Contrato de Cessão de Uso de Tecnologia/Software	R$ 6.500,00	3%
11.3.15	Contrato de Cooperação Tecnológica	R$ 6.500,00	3%
11.3.16	Contrato de *Escrow* (código-fonte)	R$ 5.460,00	5%
11.4	**Contratos de Marketing Digital**		
11.4.17	Contrato de Marketing Digital	R$ 3.150,00	3%

11.4.18	Contrato de Gestão de Tráfego	R$ 3.150,00	3%
11.4.19	Contrato de Social Media / Gestão de Mídias Sociais	R$ 3.150,00	3%
11.4.20	Contrato de *Copywriting*	R$ 3.150,00	3%
11.4.21	Contrato de Criação de *Branding*	R$ 3.150,00	3%
11.4.22	Contrato de Parceria para Lançamento de Produto Digital	R$ 3.150,00	3%
11.4.23	Contrato de Agenciamento de Influenciador Digital	R$ 3.150,00	3%
11.5	**Contencioso Digital**		Quando há proveito econômico:
11.5.24	Ação de Desbloqueio/Reativação de Conta Digital	R$ 8.500,00	até 20%
11.5.25	Ação de Desbloqueio/Reativação em Marketplace	R$ 8.500,00	até 20%
11.5.26	Ação de Remoção de Conteúdo Online	R$ 8.500,00	até 20%
11.5.27	Ação para Identificação de Usuário em Plataforma Digital	R$ 8.500,00	até 20%
11.5.28	Defesas Judiciais e Administrativas em Direito Digital	R$ 8.500,00	até 20%

12. Atividades em Matéria Eleitoral		**Valores**	**%**
12.1	Reclamação, representação, direito de resposta e impugnação a pesquisa	R$ 6.000,00	
12.2	Ações Cassatórias (AIME, AIJE, AIRC, RCED, Representação Especial, Infidelidade Partidária)	R$ 36.000,00	
12.3	Recurso Eleitoral	R$ 12.000,00	
12.4	Outros procedimentos ou atos perante a Justiça Eleitoral	R$ 12.000,00	

12.5	Prestação de contas	R$ 6.000,00	2% do teto de gastos (candidato) ou da movimentação (partido)
12.6	Assessoria a candidato	R$ 6.000,00	5% do teto de gastos
12.7	Assessoria a partido político	*Mensal R$ 6.000,00 (municipal) R$ 12.000,00 (estadual)	
12.8	Assessoria a entidade privada	R$ 30.000,00	

13. Atividades em Matéria de Família e Sucessões		Valores	%
	Atividades em Matéria de Família		
13.1	**Planejamento Matrimonial e/ou de União Estável**		
13.1.1	Consultoria em planejamento matrimonial	R$ 11.000,00	
13.1.2	Pacto antenupcial / contrato de união estável	R$ 6.000,00	
13.1.3	Pacto antenupcial / contrato de união estável contendo cláusulas sucessórias e/ou extrapatrimoniais	R$ 8.000,00	
13.1.4	Contrato de namoro	R$ 3.000,00	
13.2	**Casamento no estrangeiro**		
13.2.1	Homologação de casamento de brasileiro(s) realizado no exterior	R$ 5.000,00	
13.2.2	Ação de alteração e/ou retificação de registro civil decorrente de casamento realizado no exterior	R$ 7.000,00	
13.2.3	Ação de Homologação de sentença de divórcio realizado no estrangeiro	R$ 10.000,00	
13.3	**Divórcio / Dissolução de União Estável Extrajudicial**		

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

13.3.1	Sem partilha	R$ 6.000,00	
13.3.2	Com bens a partilhar, acrescentar valor certo e/ou percentual sobre os bens	R$ 9.000,00	6%
13.4	**Divórcio / Dissolução de União Estável Consensual Judicial**		
13.4.1	Sem bens	R$ 11.145,00	
13.4.2	Com bens	R$ 11.145,00	5%
13.4.3	Com fixação de guarda e regulamentação da convivência, acrescentar o valor	R$ 6.000,00	
13.4.4	Com fixação de alimentos, acrescentar o valor 03 (três) pensões e/ou percentual sobre uma anuidade da pensão	R$ 8.000,00	10%
13.4.5	Ação de reconhecimento de União Estável “post mortem”	R$ 8.000,00	
13.5	**Divórcio / Dissolução de União Estável Litigioso Judicial**		
13.5.1	Sem bens	R$ 17.340,00	
13.5.2	Com bens	R$ 17.340,00	10%
13.5.3	Com a necessidade de citação no estrangeiro, acrescentar o valor	R$ 5.000,00	
13.5.4	Com reconvenção, acrescentar o valor certo e/ou o percentual	R$ 17.340,00	8%
13.5.5	Com fixação de guarda e regulamentação da convivência, acrescentar o valor	R$ 12.000,00	
13.5.6	Com fixação de alimentos, acrescentar valor de 03 (três) pensões e/ou percentual sobre uma anuidade da pensão	R$ 14.000,00	10%
13.5.7	Com fixação de alimentos compensatórios, acrescentar o valor de 03 pensões e/ou percentual sobre uma anuidade da verba	R$ 12.000,00	10%
13.5.8	Com pedido de indenização por uso exclusivo do patrimônio comum, acrescentar o valor referente a 03 (três) parcelas da indenização arbitrada e/ou percentual sobre uma anuidade	R$ 14.000,00	10%

13.5.9	Ação de separação de corpus	R$ 8.300,00	
13.5.10	Ação de restabelecimento de sociedade conjugal	R$ 5.000,00	
13.5.11	Ação de Alteração de Regime de Bens, acrescentar percentual se houver partilha	R$ 8.000,00	5%
13.5.12	Ação de Suprimento de Outorga Uxória	R$ 8.300,00	
13.5.13	Ação de pedido de alvará para venda de bens comuns, valor certo e/ou percentual sobre o patrimônio a ser alienado	R$ 8.000,00	6¨%
13.5.14	Desconsideração da Personalidade Jurídica (ação/incidente), acrescentar percentual sobre os bens recuperados	R$ 14.860,00	20%
13.5.15	Apuração de haveres em sociedade comum ao casal (sociedade simples ou empresária), acrescentar percentual sobre o benefício econômico líquido	R$ 16.000,00	10%
13.5.16	Partilha de bens posterior ao divórcio ou dissolução de união estável (ação autônoma ou incidental)	R$ 14.000,00	10%
13.5.17	Ação de Sobrepartilha	R$ 14.000,00	10%
13.5.18	Ação de Anulação de Casamento ou do Regime de Bens	R$ 21.050,00	
13.6	**Responsabilidade Civil no Âmbito das Relações Familiares**		
13.6.1	Ação de indenização por descumprimento de deveres conjugais ou parentais (abandono material e afetivo), acrescentar percentual sobre a condenação	R$ 14.000,00	15%
13.6.2	Ação de Indenização por Lesão a Direitos de Personalidade	R$ 14.000,00	15%
13.**7**	**Investigação de Paternidade**		
13.7.1	Ação de investigação de paternidade	R$ 16.500,00	
13.7.2	Com a necessidade de citação no estrangeiro, acrescentar o valor	R$ 5.000,00	
13.7.3	Com pedido de alimentos (provisórios, definitivos ou gravídicos): acrescentar honorários	R$ 8.000,00	10%

	complementares equivalentes a 03 (três) parcelas mensais da pensão fixada		
13.7.4	Com pedido de petição de herança, acrescentar o percentual sobre o quinhão hereditário	-	10%
13.7.5	Ação negatória de paternidade, acrescentar percentual sobre anuidade da pensão alimentícia revogada	R$ 20.000,00	10%
13.8	**Filiação Socioafetiva**		
13.8.1	Ação Declaratória de filiação socioafetiva (em vida ou post mortem), acrescentar percentual sobre o benefício econômico quando houver efeitos patrimoniais (quinhão hereditário, alimentos etc.)	R$ 16.000,00	6%
13.9	**Guarda e Regulamentação de Convivência**		
13.9.1	Ação de Guarda e/ou de Regulamentação de Convivência	R$ 12.000,00	
13.9.2	Com Alienação Parental (ação declaratória autônoma ou incidental), acrescentar valor	R$ 10.000,00	
13.9.3	Ação de Sequestro internacional de crianças e/ou adolescentes	R$ 16.000,00	
13.9.4	Ação de Regulamentação de Convivência Avoenga	R$ 12.000,00	
13.10	**Alimentos**		
13.10.1	Ação de Alimentos (fixação ou revisão), acrescentar o valor de 03 (três) pensões ou percentual sobre anuidade do proveito econômico obtido	R$ 6.000,00	10%
13.10.2	Cumprimento de Sentença (execução sob o rito da prisão ou da penhora), acrescentar percentual sobre o crédito obtido	R$ 12.000,00	10%
13.10.3	Impugnação ao Cumprimento de Sentença, valor fixo, acrescido de percentual sobre a redução do valor executado	R$ 12.000,00	10%
13.11	**Tutela e Curatela**		
13.11.1	Ação de Curatela	R$ 14.860,00	
13.11.2	Curatela com litígio, acrescentar valor	R$ 9.000,00	
13.11.3	Ação de Prestação de Contas	R$ 6.000,00	

13.11.4	Ação de Internação Compulsória	R$ 6.000,00	
13.11.5	Ação de Tutela (menor ou relativamente incapaz)	R$ 14.500,00	
13.**12**	**Adoção**		
13.12.1	Por nacional	R$ 11.800,00	
13.12.2	Por estrangeiro	R$ 22.500,00	
13.**13**	**Registro Civil**		
13.13.1	Ação de retificação de registro civil	R$ 12.000,00	
	Atividade em Matéria de Sucessões		
13.14	**Planejamento sucessório**		
13.14.1	Consultoria, estudo de viabilidade e/ou parecer técnico em planejamento sucessório	R$ 12.000,00	
13.14.2	Testamento	R$ 6.000,00	
13.14.3	Escritura pública de doação ou instituição de usufruto	R$ 6.000,00	4%
13.14.4	Escritura pública de procuração para cuidados de saúde	R$ 3.500,00	
13.14.5	Constituição ou alteração de sociedades simples ou empresárias no âmbito de planejamento patrimonial, matrimonial e sucessório	R$ 6.500,00	
13.14.6	Acompanhamento da lavratura de ata notarial	R$ 2.000,00	
13.14.7	Testamento vital e/ou diretivas antecipadas de vontade	R$ 5.000,00	
13.14.8	Procuração para outorga de poderes para cônjuge e/ou companheiro e/ou outro herdeiro	R$ 2.000,00	
13.15	**Inventário**		
13.15.1	Escritura Pública de Inventário Extrajudicial, valor fixo, acrescido de percentual incidente sobre quinhão-hereditário	R$ 6.000,00	5%
13.15.2	Escritura Pública de Cessão de direitos sucessórios e/ou doação, acrescentar percentual sobre o quinhão do cedente e/ou do donatário	R$ 5.000,00	5%

13.15.3	Inventário Judicial Consensual	R$ 8.670,00	8% sobre o monte-mor ou sobre o quinhão de cada herdeiro
13.15.4	Inventário Judicial litigioso	R$ 12.000,00	10% sobre o monte-mor ou sobre o quinhão de cada herdeiro
13.15.5	Com atuação pelo inventariante/espólio no inventário litigioso — acréscimo de percentual sobre o quinhão hereditário ou fixação de verba mensal de administração	-	2%
13.15.6	Ação ou pedido de alvará para venda de bens do espólio, valor certo e/ou percentual sobre o bem a ser alienado	R$ 10.000,00	5%
13.15.7	Ação de Sobrepartilha – aplicar os mesmos valores que o inventário (consensual ou litigioso)	R$ 8.000,00	4%
13.15.8	Ação de Prestação de Contas	R$ 12.000,00	
13.15.9	Incidente de Remoção do Inventariante	R$ 14.860,00	
13.15.10	Inventário negativo (judicial ou extrajudicial)	R$ 6.000,00	
13.16	**Ações relativas ao Testamento**		
13.16.1	Ação de Abertura e Registro de testamento	R$ 8.670,00	
13.16.2	Ação de Nulidade de testamento e/ou de cláusula testamentária, acrescentar percentual incidente sobre benefício econômico obtido	R$ 17.340,00	5%
13.16.3	Ação declaratória de indignidade ou deserdação, acrescentar percentual sobre o quinhão do herdeiro e/ou legado	R$ 11.500,00	20%
13.16.4	Ação de Colação	R$ 10.000,00	10%
13.16.5	Ação de Doação Inoficiosa	R$ 10.000,00	10%
13.16.6	Ação de Sonegados	R$ 14.860,00	20%

14. Atividades em Matéria Fiscal e Tributária	Valores	%

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

14.1	Procedimento ou defesa administrativa - 1ª instância	R$ 7.000,00	10% a 20%
14.2	Procedimento ou defesa administrativa - 2ª instância	R$ 7.000,00	10% a 20%
14.3	Parecer sobre interpretação de normas tributárias, sobre planejamento tributário ou sobre qualquer lançamento realizado contra o interessado pelo fisco	R$ 12.400,00	10% a 20%
14.4	Liberação de mercadorias (sobre o valor dos bens)	R$ 7.000,00	10% a 20%
14.5	Ação anulatória de débito fiscal	R$ 14.860,00	10% a 20%
14.6	Defesa em execução de natureza fiscal	R$ 14.860,00	10% a 20%
14.7	Mandado de segurança	R$ 9.000,00	10% a 20%
14.8	Embargos à execução ou de terceiros ou à adjudicação	R$ 9.000,00	10% a 20%
14.9	Ação de repetição de indébito (sobre o montante repetido)	R$ 14.000,00	10% a 20%
14.10	Transação tributária ou outros métodos alternativos de resolução de conflitos tributários	R$ 14.000,00	10% a 20%
14.11	Outros procedimentos em matéria fiscal ou tributária.	R$ 10.000,00	10% a 20%
14.12	**Consultoria sem vínculo empregatício, na esfera administrativa e/ou judicial:**		
14.12.1	Micro e pequena empresa	R$ 3.500,00	10% a 20%
14.12.2	Sociedade limitada	R$ 8.670,00	10% a 20%
14.12.3	Sociedade anônima	R$ 15.700,00	10% a 20%
14.12.4	Demais entidades (ex.: cooperativas, sociedades civis etc.)	R$ 7.350,00	10% a 20%

Considerações importantes:

1. Salvo disposição em contrário, em todas as atividades listadas na presente tabela, os honorários deverão observar os percentuais indicados (mínimo entre 10% e 20%) e, cumulativamente, os valores mínimos nela estabelecidos, tomando- se como base o valor econômico real da causa ou do procedimento.

2. Para a fixação do valor econômico real, deverão ser considerados o valor estimado da causa e o proveito econômico que possa advir ao cliente, ainda que distinto do valor atribuído à ação para

efeitos fiscais. Entende-se como proveito econômico, os valores consistentes na redução definitiva do crédito tributário exigido, calculados com base no valor atualizado da exigência na data do trânsito em julgado ou no encerramento do trabalho; ou ainda no valor reduzido ou economizado, em se tratando de parecer/planejamento tributário.

3. Nas ações em que os honorários sejam pactuados sobre o êxito, a percentagem incidirá, em regra, sobre o valor vencido, acrescido do equivalente a 18 (dezoito) prestações vincendas, salvo se estipulado prazo inferior ou houver disposição contratual expressa em sentido diverso.

4. Em caso de desistência da impugnação, recurso administrativo, ação judicial ou de adesão a programas de anistia/parcelamento, os honorários serão devidos na forma estabelecida em contrato. Na ausência de cláusula contratual expressa, será devido o equivalente à 50% dos percentuais fixados nesta tabela, não podendo este ser inferior aos valores mínimos.

15. Atividades em Matéria Imobiliária		Valores	%
15.1	**Atividades Avulsas ou Extrajudiciais**		
15.1.1	Consulta jurídica em matéria imobiliária	R$ 600,00	
15.1.2	Abertura de matrícula no registro de imóveis	R$ 1.900,00	
15.1.3	Hora intelectual (análise, estudo e pareceres)	R$ 1.590,00	
15.1.4	Acompanhamento ou exame de documentos em órgão público	R$ 1.700,00	
15.1.5	Acompanhamento de citação, notificação, intimação, interpelação e exames periciais	R$ 1.700,00	
15.1.6	Acompanhamento de depoimento pessoal ou inquirição de testemunhas (por ato)	R$ 3.780,00	
15.1.7	Acompanhamento e elaboração de escritura pública	R$ 3.780,00	
15.1.8	Acompanhamento em doação de imóveis	R$ 3.780,00	6% a 10%
15.1.9	Cobrança amigável (art. 395 do CC/2002), independentemente dos honorários contratuais	R$ 2.680,00	10% a 20%
15.1.10	Consignação em pagamento na via extrajudicial	R$ 3.200,00	
15.1.11	Exame e visto em instrumentos societários para gestão ou exploração de bens imóveis (ex.: holdings, SPEs, consórcios imobiliários)	R$ 2.680,00	
15.1.12	Elaboração de convenção de condomínio e regimento interno, por unidade autônoma	R$ 7.200,00 + R$ 1.600,00 unidade	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

15.1.13	Elaboração de notificação extrajudicial	R$ 1.590,00	
15.1.14	Elaboração de minutas de contrato, distrato, alteração, estatuto, testamento, escritura ou documento	R$ 5.390,00	6% a 10%
15.1.15	Parecer ou memorial jurídico	R$ 5.390,00	2%
15.1.16	Planejamento patrimonial e sucessório com imóveis	R$ 9.800,00	6% a 10%
15.1.17	Participação e assessoria em assembleia	R$ 2.680,00	
15.1.18	Elaboração de requerimentos ou petições administrativas	R$ 2.680,00	
15.1.19	Exame de processo judicial ou administrativo relacionado a bens imóveis (ex.: ações possessórias, registrais, locatícias, desapropriação, regularização fundiária, tributação imobiliária etc.)	R$ 1.590,00 por hora	
15.1.20	Intervenção e negociação extrajudicial para solução de conflitos imobiliários (ex.: disputas entre vizinhos, uso de áreas comuns, divisas, servidões, obras, restrições urbanísticas, problemas com construtoras/incorporadoras)	R$ 1.590,00/h	
15.1.21	*Due Diligence* imobiliária (registral, documental, contratual, ambiental e fundiária).	R$ 2.680,00	2%
15.1.22	Auditoria legal para aquisição ou incorporação imobiliária	R$ 2.680,00	2%
15.1.23	Regularização fundiária urbana ou rural	R$ 9.800,00	2%
15.1.24	Retificação administrativa de registro	R$ 7.200,00	
15.1.25	Averbação de construção, demolição, alteração de área, unificação ou desmembramento.	R$ 7.200,00	2%
15.1.26	Usucapião extrajudicial	R$ 9.800,00	10% a 20%
15.1.27	Adjudicação compulsória extrajudicial	R$ 9.800,00	10% a 20%
15.1.28	Obtenção de licenças, alvarás e autorizações para construção ou uso do imóvel	R$ 9.800,00	
15.1.29	Consultoria preventiva para empreendimentos imobiliários e condomínios	R$ 1.590,00 por hora	
15.1.30	Declaração de ITR (Imposto Territorial Rural)	R$ 2.680,00	

15.1.31	Negociação de IPTU em atraso (GEFIS)	R$ 2.680,00	10% a 20%
15.1.32	Consultoria em Multipropriedade, *Time Sharing, Poll*	R$ 1.590,00/h	
15.1.33	Assessoria na arrematação de imóveis	R$ 7.200,00	2%
15.1.34	Atuação perante comissão de representantes/associação de moradores	R$ 1.590,00/h	2%
15.1.35	Cumprimento de notas de exigências do Registro de Imóveis (por ato)	R$ 2.680,00	
15.1.36	Cancelamento de usufruto e cláusulas restritivas	R$ 2.680,00	
15.2	**Ações Possessórias**		
15.2.1	Ação possessória de bem móvel	R$ 5.390,00	20%
15.2.2	Ação possessória de bem imóvel: interdito proibitório, manutenção e reintegração de posse.	R$ 9.800,00	20%
15.2.3	Nunciação de obra nova	R$ 7.200,00	10% a 20%
15.2.4	Usucapião judicial	R$ 9.800,00	10% a 20%
15.2.5	Divisão e demarcação de terras	R$ 7.200,00	10% a 20%
15.2.6	Desapropriação direta	R$ 7.200,00	10% a 20%
15.2.7	Desapropriação indireta	R$ 9.800,00	10% a 20%
15.2.8	Imissão na posse	R$ 7.200,00	10% a 20%
15.2.9	Ação reivindicatória de imóvel	R$ 9.800,00	10% a 20%
15.3	**Procedimentos Diversos relacionados a operações imobiliárias**		
15.3.1	Embargos de terceiro	R$ 9.800,00	10% a 20%
15.3.2	Habilitação	R$ 7.200,00	10% a 20%
15.3.3	Restauração de autos	R$ 7.200,00	10% a 20%
15.3.4	Ação relativa a vendas a crédito com reserva de domínio	R$ 7.200,00	10% a 20%
15.3.5	Procedimento perante juízo arbitral	R$ 7.200,00	10% a 20%
15.3.6	Ação monitória	R$ 5.390,00	10% a 20%

15.3.7	Averbação premonitória de execução	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.3.8	Mandado de segurança contra ato de cartório ou autoridade administrativa	R$ 9.800,00	10% a 20%
15.3.9	Ação demolitória	R$ 9.800,00	10% a 20%
15.3.10	Ação de nunciação de obra nova	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.3.11	Ação relacionada a vícios construtivos	R$ 7.200,00	10% a 20%
15.4	**Ações de Registro e Direitos Reais**		
15.4.1	Ação de retificação de registro público	R$ 5.390,00	
15.4.2	Alvará judicial para venda ou regularização de imóvel	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.4.3	Ação de constituição, extinção de usufruto ou fideicomisso	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.4.4	Ação de suprimento de assinatura para registro de título	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.4.5	Ação para registro tardio ou cancelamento de registro indevido	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.4.6	Ação de anulação de matrícula ou cancelamento de registro.	R$ 9.800,00	10% a 20%
15.4.7	Ação de suscitação de dúvida	R$ 5.390,00	
15.4.8	Ação de extinção de condomínio	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.4.9	Ação de averbação ou retificação no registro público	R$ 5.390,00	6% a 10%
15.5	**Locação e contratos imobiliários**		
15.5.1	Ação ordinária de despejo (falta de pagamento, denúncia vazia, infração contratual)	R$ 7.200,00	10% a 20%
15.5.2	Ação renovatória de locação comercial	R$ 7.200,00	10% a 20%
15.5.3	Ação de revisão e/ou arbitramento de aluguel	R$ 6.200,00	10% a 20%
15.5.4	Ação de consignação de aluguel	R$ 6.200,00	10% a 20%
15.5.5	Atos e acompanhamento de despejo/reintegração	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.5.6	Ação de rescisão contratual com devolução de valores pagos	R$ 5.390,00	10% a 20%

15.5.7	Ação de indenização por rescisão de promessa de compra e venda	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.5.8	Execução de contrato de compra e venda ou permuta inadimplida	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.5.9	Ação de nulidade ou revisão de cláusulas contratuais abusivas	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.5.10	Ação de indenização por atraso na entrega de imóvel	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.5.11	Ações de cobrança (aluguéis, cotas condominiais, parcelas de compra e venda)	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.6	**Condomínio e Incorporação**		
15.6.1	Cobrança de cotas condominiais (judicial e extrajudicial)	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.6.2	Ação de prestação de contas pelo síndico	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.6.3	Ação para exclusão de condômino antissocial	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.6.4	Ação de obrigação de fazer para entrega área comum prometida	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.6.5	Ação de retificação de área	R$ 5.390,00	10% a 20%
15.6.6	Ação de revisão de rateio de despesas condominiais	R$ 5.390,00	
15.6.7	Regularização de condomínio edilício irregular	R$ 12.600,00	10% a 20%
15.6.8	Instituição e especificação de condomínio, por unidade autônoma	R$ 7.200,00 + R$ 1.600,00	
15.6.9	Registro de incorporação imobiliária e loteamento, por unidade autônoma	R$ 7.200,00 + R$ 1.600,00	

16. Atividades em Matéria de Insolvência, Falências e Recuperação de Empresas		Valores	%
16.1	Pedido de Falência e acompanhamento até decretação (sobre o valor da causa e/ou benefício)	R$ 9.900,00	10 a 20%
16.2	Ação de restituição/reivindicatória (sobre o valor da causa e/ou benefício)	R$ 7.700,00	10 a 20%

16.3	Recuperação Judicial de Empresas (sobre o valor do passivo e/ou benefício)	R$ 18.850,00	2 a 10%
16.4	Pedido de Declaração de Insolvência (sobre o valor do passivo)	R$ 6.450,00	10 a 20%
16.5	Habilitação/Divergência de Crédito (sobre o valor da causa e/ou benefício)	R$ 6.450,00	10 a 20%
16.6	Representação do Falido (sobre o montante do passivo)	R$ 12.850,00	10 a 20%
16.7	Representação do Devedor Insolvente (sobre o montante do passivo)	R$ 12.850,00	10 a 20%
16.8	Representação do Administrador Judicial (Falência ou Recuperação Judicial) (por ato ou sobre o montante da remuneração)	R$ 15.400,00	2 a 10%
16.9	Recuperação Extrajudicial (sobre o valor do passivo e/ou benefício)	R$ 12.850,00	2 a 10%
16.10	Defesa da Massa Falida em Ações Diversas (sobre o valor da causa ou benefício econômico)	R$ 9.900,00	10 a 20%
16.11	Parecer em Constatação Prévia (sobre o valor da causa)	R$ 9.900,00	1%

17. Atividade em Matéria Internacional		Valores	%
17.1	Hora Intelectual em matéria internacional	R$ 3.520,00	
17.2	Diligências no Exterior	R$ 7.040,00	
17.3	Diligências de Cooperação Jurisdicional Internacional	R$ 12.000,00	20%
17.4	Reconhecimento de Nacionalidade (via judicial)	R$ 3.600,00	
17.5	Reconhecimento de Nacionalidade (via administrativa)	R$ 1.800,00	
17.6	Opção de Nacionalidade (filhos de brasileiros no exterior)	R$ 7.200,00	
17.7	Naturalização	R$ 2.400,00	
17.8	Autorização de Residência/Migração	R$ 1.200,00	
17.9	Solicitação de Residência Humanitária/Pedido de Refúgio	R$ 12.000,00	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

17.10	Solicitação de Residência por Acordo Mercosul/Outros Acordos Bilaterais, por pessoa natural	R$ 2.110,00	
17.11	Solicitação de residência, por pessoa natural	R$ 4.220,00	
17.12	Solicitação de residência para funcionário de empresa estrangeira	R$ 5.830,00	
17.13	Regularização em Situações Irregulares/Exceção	R$ 9.600,00	
17.14	Visto de Visita de Longa Duração/Transformação de Visto	R$ 6.000,00	
17.15	Processo Administrativo de Deportação ou Expulsão	R$ 18.000,00	
17.16	Pedido de Revogação de Deportação/Expulsão	R$ 14.400,00	
17.17	Processo Judicial de Extradição (Defesa)	R$ 50.000,00	
17.18	Medidas judiciais urgentes em matéria internacional	R$ 24.000,00	
17.19	Homologação de Sentença Estrangeira	R$ 30.000,00	
17.20	Assistência a Requerimento de Carta Rogatória	R$ 9.600,00	
17.21	Elaboração de minutas de contrato, distrato, alteração, estatuto, testamento escritura ou documento internacional	R$ 9.380,00	1%
17.22	Busca e apreensão de criança, adolescente ou bem	R$ 16.420,00	15%
17.23	Ação ordinária de busca e apreensão de criança, adolescente ou bem	R$ 21.105,00	20%
17.24	Solicitação de residência para funcionário de empresa estrangeira	R$ 8.445,00	
17.25	Registro de empresas estrangeiras, junto a qualquer ente do sistema financeiro nacional	R$ 11.660,00	

18. Atividades em Matéria de Justiça Militar		**Valores**	**%**
18.1	**Matéria Penal Militar/Processual Penal Militar**		
18.1.1	Atuação em inquérito policial militar e outras investigações criminais, desde a instauração de portaria até a apresentação de relatório final	R$ 10.000,00	
18.1.2	Ato judicial	R$ 5.000,00	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

18.1.3	Atos em órgãos policiais – horário diurno (das 07h às 19h)	R$ 2.000,00	
18.1.4	Atos em órgãos policiais – horário noturno (das 19h às 07h)	R$ 5.000,00	
18.1.5	Exame de processo penal militar com parecer verbal	R$ 6.000,00	
18.1.6	Exame de processo penal militar com parecer escrito	R$ 9.500,00	
18.1.7	Pedido de relaxamento de prisão em flagrante ou de concessão de fiança	R$ 8.000,00	
18.1.8	Acompanhamento em procedimento de Busca e Apreensão	R$ 6.000,00	
18.1.9	Atuação em Acordo de Não Persecução Penal – ANPP (desde a audiência até a homologação – ou não - do acordo)	R$ 4.000,00	
18.1.10	Defesa em procedimento comum (desde a denúncia até a publicação de sentença)	R$ 16.000,00	
18.1.11	Defesa em procedimentos especiais (desde a denúncia até a publicação de sentença)	R$ 23.000,00	
	Assistência à acusação (mesmos valores aplicados à defesa)		
18.1.12	Atuação em processo de execução penal	R$ 12.000,00	
18.1.13	Agravo em Execução Penal	R$ 8.000,00	
18.1.14	Impetração de ação autônoma de Habeas Corpus preventivo ou liberatório	R$ 24.000,00	
18.1.15	Impetração de ação autônoma de Habeas Corpus para trancamento de ação penal	R$ 16.000,00	
18.1.16	Impetração de ação autônoma de Mandado de Segurança contra ato jurisdicional penal	R$ 16.000,00	
18.2	**Atuação em segundo grau da Justiça Militar**		
18.2.1	Interposição de Recurso de Apelação	R$ 14.860,00	
18.2.2	Contrarrazões em Recurso de Apelação	R$ 14.860,00	

18.2.2	Elaboração e apresentação de Memoriais	R$ 8.000,00	
18.2.3	Sustentação Oral	R$ 8.000,00	
18.2.4	Embargos Infringentes	R$ 7.000,00	
18.2.5	Embargos Declaratórios	R$ 6.000,00	
18.2.6	Correição Parcial (Razões ou Contrarrazões)	R$ 8.000,00	
18.2.7	Recurso em Sentido Estrito (Razões ou Contrarrazões)	R$ 8.000,00	
18.2.8	Reclamação	R$ 6.000,00	
18.2.9	Revisão	R$ 6.000,00	
18.2.10	Atuação em processo de competência originária do Tribunal de Justiça Militar	R$ 16.000,00	
18.3	**Matéria de Direito Administrativo e Processo Administrativo Militar**		
18.3.1	Atuação em Procedimento Administrativo Disciplinar Militar (PADM, PADIT), da Notificação Disciplinar até o Recurso de Queixa	R$ 6.000,00	
18.3.2	Atuação em Conselho de Disciplina ou de Justificação	R$ 10.000,00	
18.3.3	Requerimento administrativo perante órgãos militares	R$ 3.000,00	
18.3.4	Recurso administrativo perante órgãos militares	R$ 4.000,00	
18.4	**Matéria Cível**		
18.4.1	Ação de Anulação	R$ 14.000,00	+20% se houver proveito econômico

19.Atividades em Matéria Marítima, Portuária, Aduaneira e Hidroviária		**Valores**	**%**
19.1	Ratificação de Protesto Marítimo	R$ 10.000,00	
19.2	Recurso administrativo – sem Sustentação oral	R$ 12.000,00	

19.3	Recurso administrativo – com Sustentação oral	R$ 16.000,00	
19.4	Processo de Consulta à Legislação Aduaneira	R$ 12.000,00	
19.5	Processo de Consulta de Classificação Fiscal de Mercadorias	R$ 16.000,00	
19.6	Processo de requisição de Ex-Tarifário	R$ 18.000,00	
19.7	Processo de intervenção em Medidas *Antidumping*	R$ 16.000,00	
19.8	Impugnação Auto de Infração - Penalidades Aduaneiras	R$ 18.000,00	
19.9	Liberação de mercadorias (9.7) – Via administrativa	R$ 10.000,00	
19.10	Mandado de Segurança em matéria aduaneira de baixa complexidade	R$ 22.000,00	
19.11	Mandado de Segurança em matéria aduaneira de alta complexidade	R$ 42.000,00	

20. Atividades em Matéria Médica e da Saúde		**Valores**	**%**
20.1	**Advocacia Extrajudicial**		
20.1.1	Consulta em matéria médica e da saúde	R$ 580,00	
20.1.2	Consulta com condições excepcionais	R$ 1.160,00	
20.1.3	Hora técnica/Acompanhamento: citação, notificação, intimação, interpelação, perícias, depoimento	R$ 1.875,00	
20.1.4	Assessoria mensal consultiva	R$ 5.100,00	
20.1.5	Elaboração de notificação extrajudicial/Denúncia	R$ 5.890,00	20%
20.1.6	Elaboração de parecer	R$ 5.620,00	20%
20.1.7	Acompanhamento em ato de conciliação/mediação	R$ 3.745,00	20%
20.1.8	Elaboração ou revisão de documentos legais da atividade profissional	R$ 2.865,00	
20.1.9	Elaboração ou revisão de contratos diversos (correlacionado à área da especialidade)	R$ 2.390,00	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

20.1.10	Elaboração ou revisão de regimento interno de corpo clínico	R$ 5.620,00	
20.2	**Advocacia Ética Profissional**		
20.2.1	Denúncia de profissional	R$ 5.490,00	20%
20.2.2	Manifestação prévia em Sindicância em Conselho Regional	R$ 7.150,00	
20.2.3	Atuação no termo de ajustamento de conduta junto ao Conselho Regional	R$ 4.290,00	
20.2.4	Acompanhamento em ato de conciliação/mediação em matéria médica e da saúde	R$ 4.745,00	20%
20.2.5	Defesa no Processo Ético-Profissional	R$ 14.300,00	
20.2.6	Sustentação oral no Processo Ético-Profissional	R$ 5.720,00	
20.2.7	Representação postulatória de denunciantes durante a Sindicância ou Processo Ético-Profissional	R$ 7.150,00	
20.2.8	Recurso ao Conselho Regional (com sustentação oral)	R$ 21.450,00	
20.2.9	Atuação somente na sustentação oral	R$ 14.300,00	
20.2.10	Recurso ao Conselho Federal	R$ 28.600,00	
20.3	**Advocacia Judicial**		
20.3.1	Propositura: Em face de profissionais, clínica, hospitais, planos de saúde e afins		
20.3.1.1	Ação de obrigação de fazer	R$ 9.430,00	30%
20.3.1.2	Ação de obrigação de fazer com pedido liminar	R$ 14.160,00	20%
20.3.1.3	Ação indenizatória - erro profissional e afins	R$ 15.260,50	30%
20.3.1.4	Atuação a partir fase de produção de prova pericial	R$ 12.500.00	20%
20.3.1.5	Ação de cobrança/ressarcimento	R$ 9,430,00	20%
20.3.1.6	Mandado de Segurança	R$ 15.720,00	20%
20.3.1.7	Cumprimento de Sentença/execução	R$ 6.820,00	20%

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

20.3.2	**Defesa em Matéria Cível**		
20.3.2.1	Atuação desde a ciência	R$ 18.120,00	20%
20.3.2.2	Atuação desde a fase de produção de prova pericial	R$ 21.450,00	20%
20.3.2.3	Recurso em Segunda Instância	R$ 32.750,00	20%
20.3.2.4	Atuação na fase recursal no âmbito do STJ e STF	R$ 51.000,00	20%
20.3.3	**Defesa em Matéria Criminal**		
20.3.3.1	Inquérito policial	R$ 12.550,00	
20.3.3.2	Resposta ao Ministério Público	R$ 13.200,00	
20.3.3.3	Acompanhamento em ato de conciliação/mediação	R$ 8.650,00	20%
20.3.3.4	Defesa em processo de lesão corporal	R$ 32.610,00	
20.3.3.5	Defesa em processo de homicídio	R$ 38.600,00	
20.3.3.6	Recurso em Segunda Instância	R$ 35.750,00	
20.3.3.7	Atuação na fase recursal no âmbito do STJ e STF	R$ 57.000,00	

21. Atividades em Matéria Penal		Valores	%
21.1	**Juizados Especiais Criminais**		
21.1.1	Diligência em termo circunstanciado das 07 às 19h	R$ 3.850,00	
21.1.2	Diligência em termo circunstanciado das 19 às 07h	R$ 6.630,00	
21.1.3	Audiência de Conciliação e/ou Transação Penal e/ou Suspensão Condicional do Processo	R$ 3.000,00	
21.1.4	Audiência de Instrução e Julgamento	R$ 5.000,00	
21.1.5	Recursos	R$ 7.000,00	
21.2	**Procedimentos Criminais**		
21.2.1	Atos junto a órgãos policiais das 07 às 9h	R$ 3.850,00	
21.2.2	Atos junto a órgãos policiais das 19 às 07h	R$ 7.430,00	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

21.2.3	Atuação em Inquérito Policial e outras investigações criminais até a apresentação do relatório final	R$ 15.000,00	
21.2.4	Pedido de revogação de prisão e/ou liberdade provisória	R$ 11.640,00	
21.2.5	Pedido de relaxamento de flagrante ou concessão de fiança	R$ 11.640,00	
21.2.6	Acompanhamento de busca e apreensão	R$ 7.430,00	
21.2.7	Acompanhamento de busca e apreensão em procedimento de crime contra a propriedade imaterial	R$ 14.860,00	
21.2.8	Habeas corpus perante o Tribunal de Justiça	R$ 23.530,00	
21.2.9	Habeas corpus perante o Tribunais Superiores	R$ 30.000,00	
21.2.10	Impetração de Ação autônoma de Mandado de Segurança contra ato jurisdicional penal	R$ 23.530,00	
21.2.11	Acompanhamento de Audiência de custódia	R$ 5.000,00	
21.2.12	Atuação em Acordo de não persecução penal	R$ 6.000,00	
21.2.13	Exame de processo penal com parecer verbal	R$ 8.670,00	
21.2.14	Exame de processo penal com parecer escrito	R$ 10.000,00	
21.2.15	Defesa em procedimento sumário até a sentença	R$ 17.340,00	
21.2.16	Defesa em procedimento comum até a sentença	R$ 25.000,00	
2.17	Defesa em procedimentos especiais até a sentença	R$ 34.680,00	
21.2.18	Defesa em procedimentos especiais, com foro privilegiado (desde a denúncia até a publicação da sentença)	R$ 50.000,00	
21.2.19	Defesa em procedimento de júri até a sentença de (im)pronúncia	R$ 50.000,00	
21.2.20	Atuação em plenário em procedimento de júri	R$ 50.000,00	
21.2.21	Assistência à acusação (os mesmos valores aplicados à defesa)		
21.2.22	Oferecimento de queixa-crime e/ou representação	R$ 13.130,00	
21.2.23	Elaboração e apresentação de memoriais	R$ 8.250,00	
21.2.24	Sustentação oral	R$ 8.250,00	
21.2.25	Recurso de apelação	R$ 17.340,00	

21.2.26	Recurso em Sentido Estrito	R$ 17.340,00	
21.2.27	Embargos Infringentes	R$ 8.670,00	
21.2.28	Embargos Declaratórios	R$ 7.430,00	
21.2.29	Correição Parcial	R$ 7.430,00	
21.2.30	Carta testemunhável	R$ 5.000,00	
21.2.31	Revisão Criminal	R$ 23.530,00	
21.2.32	Recurso ordinário em Habeas Corpus e/ou Mandado de Segurança	R$ 15.000,00	
21.2.33	Recurso especial	R$ 23.530,00	
21.2.34	Recurso extraordinário	R$ 23.530,00	
21.2.35	Reclamação	R$ 23.530,00	
21.2.36	Cumprimento de precatória	R$ 4.500,00	
21.3	**Execução Penal**		
21.3.1	Defesa em execução penal	R$ 17.340,00	
21.3.2	Pedidos avulsos	R$ 3.000,00	
21.3.3	Agravo em execução penal	R$ 8.000,00	

22. Atividades em Matéria da Pessoa com Deficiência		**Valores**	**%**
	Atividades Avulsas ou Extrajudiciais		
22.1	Pedido administrativo para matrícula de pessoa com deficiência em escolas públicas ou privadas	R$ 3.000,00	
22.2	**Atividade em Matéria Cível**		
22.2.1	Ação para matrícula de pessoa com deficiência em escolas públicas ou privadas	R$ 6.000,00	20%
22.2.2	Ação ordinária para/por inclusão/exclusão de candidato em cotas para pessoas com deficiência	R$ 6.000,00	20%
22.2.3	Ação de adaptação do local de trabalho ao servidor público	R$ 6.000,00	20%
22.2.4	Ação de Usucapião Especial Urbana para Pessoa com Deficiência	R$ 6.000,00	20%

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

22.2.5	Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais – contra discriminação, recusa de atendimento, exclusão escolar	R$ 8.500,00	25%
22.3	**Atividade em Matéria Família e Sucessões**		
22.3.1	Ação de Tomada de decisão apoiada para pessoa com deficiência	R$ 15.000,00	
22.3.2	Ação de Interdição para pessoa com deficiência	R$ 13.000,00	
22.4	**Atividade em Matéria Saúde**		
22.4.1	Ação para fornecimento de medicamentos e/ou tratamentos específicos	R$ 15.000,00	20%
22.4.2	Cumprimento de sentença para pessoas com deficiência	R$ 6.900,00	20%
22.4.3	Ação de garantia de reabilitação e/ou fornecimento de órteses e próteses (auditivas, visuais, físicas)	R$ 11.800,00	20%
22.4.4	Ação para diagnóstico e intervenção precoce	R$ 9.500,00	30%
22.4.5	Ação de garantia de direito a atendimentos especializados	R$ 10.000,00	30%
22.5	**Atividade em Matéria Trabalhista**		
22.5.1	Reclamatória Trabalhista para redução de carga horária por deficiência	R$ 5.000,00	25%
22.5.2	Reclamatória Trabalhista para adaptação do local de trabalho	R$ 4.200,00	25%
22.5.3	Reclamatória Trabalhista por discriminação e capacitismo no ambiente de trabalho	R$ 7.500,00	25%
22.5.4	Ação relativa ao cumprimento das cotas para contratação obrigatória de pessoas com deficiência	R$ 6.000,00	25%
	Atividade em Matéria Eleitoral		
22.6.	Ação de quitação eleitoral com validade indeterminada (Art. 1°, parágrafo único, Resolução do TSE, n° 21.920/04)	R$ 4.300,00	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

23. Atividades em Matéria Previdenciária		Valores	%
23.1	**Fase administrativa**		
23.1.1	Análise documental para verificação de direito e síntese do atendimento	R$ 1.750,00	-
23.1.2	Cálculo simples de tempo de contribuição	R$ 500,00	-
23.1.3	Cálculo da média de salários	R$ 875,00	-
23.1.4	Planejamento previdenciário	R$ 3.000,00	-
23.1.5	Concessão de benefícios previdenciários ao segurado e dependentes	Nas ações em que houver pagamento de prestações vencidas e vincendas: quanto às parcelas vincendas, mínimo de 3 (três) benefícios e mais o percentual de 30% calculado sobre o total vencido, podendo ainda, a cobrança sobre as vincendas, ser de 30% sobre 12 mensalidades do benefício, salvo se menor o prazo em que forem devidas.	30% do proveito econômico bruto
23.1.6	Concessão de benefícios assistenciais	Nas ações em que houver pagamento de prestações vencidas e vincendas: quanto às parcelas vincendas, mínimo de 3 (três) benefícios e mais o percentual de 30% calculado sobre o total vencido, podendo ainda, a cobrança sobre as vincendas, ser de 30% sobre 12 mensalidades do benefício, salvo se menor o prazo em que forem devidas.	30% do proveito econômico bruto
23.1.7	Concessão de benefícios por incapacidade	Nas ações em que houver pagamento de prestações vencidas e vincendas: quanto às parcelas vincendas, mínimo de 3 (três) benefícios e mais o percentual de 30% calculado sobre o total vencido, podendo ainda, a cobrança sobre as vincendas, ser de 30% sobre 12	30% do proveito econômico bruto

		mensalidades do benefício, salvo se menor o prazo em que forem devidas.	
23.1.8	Solicitação e expedição de certidão de tempo de serviço/contribuição e desaverbação	R$ 2.400,00 por ano averbado/ desaverbado ou R$ 200,00 por mês averbado/ desaverbado	-
23.1.9	Justificação Administrativa (além do valor do proveito econômico ou caso contratado apenas para ato isolado)	R$ 2.970,00	-
23.1.10	Contratação para Revisão administrativa	R$ 2.865,00	30% do proveito econômico bruto
23.1.11	Contratação para Recurso administrativo	R$ 2.865,00	30% do proveito econômico bruto
23.1.12	Defesa administrativa em suspensão de benefícios previdenciários e assistenciais e/ou em devolução/inexigibilidade de valores	R$ 3.100,00	30% sobre a economia que tiver
23.1.13	Defesa administrativa – crime previdenciário/ acesso ao processo administrativo concessório, suposta fraude e a inquérito policial	R$ 6.500,00	30% sobre a suposta dívida e/ou valor reduzido e/ou proveito econômico do restabelecimento
23.1.14	Averbação de tempo sem concessão	R$ 2.400,00 por ano averbado ou R$ 200,00 por mês averbado	-
23.1.15	Sustentação oral perante órgãos recursais administrativos	R$ 1.800,00	-
23.1.16	Parecer jurídico solicitado por entidades sindicais, associações, gestores de regimes previdenciários e outras pessoas jurídicas	R$ 7.200,00	-
23.1.17	Retificação e atualização do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS/ Regularização de recolhimento previdenciário	R$ 1.200,00	-
23.1.18	Consulta presencial ou virtual	R$ 350,00	-

23.1.19	Exame de processo administrativo ou judicial	R$ 1.500,00	-
23.1.20	Solicitação de emissão ou retificação de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)	R$ 875,00	-
23.1.21	Renúncia de benefício em qualquer regime previdenciário	R$ 1.850,00	-
23.1.22	Requerimento de isenções em benefícios previdenciários	R$ 2.750,00	30% do proveito econômico bruto
23.1.23	Hipótese de Reafirmação da DER	10% sobre o valor que deixou de receber no período da DER até a reafirmação (nova DER)	Sugerido 25% sobre o valor que deixou de receber no período da DER até a reafirmação (nova DER)
23.1.24	Prestação pelo serviço em caso de improcedência nos benefícios programáveis	R$ 1.600,00	-
23.2	**Fase judicial**		
23.2.1	Ação de concessão de benefício por incapacidade temporária ou permanente; auxílio-acidente; auxílio-reclusão; salário maternidade ou ação de concessão de benefício assistencial	Nas ações em que houver pagamento de prestações vencidas e vincendas: quanto às parcelas vincendas, mínimo de 3 (três) benefícios e mais o percentual de 30% calculado sobre o total vencido, podendo ainda, a cobrança sobre as vincendas, ser de 30% sobre 12 mensalidades do benefício, salvo se menor o prazo em que forem devidas.	30% do proveito econômico bruto
23.2.2	Ação de concessão de benefícios previdenciários ao segurado e dependentes	Nas ações em que houver pagamento de prestações vencidas e vincendas: quanto às parcelas vincendas, mínimo de 3 (três) benefícios e mais o percentual de 30% calculado sobre o total vencido, podendo ainda, a cobrança sobre as vincendas, ser de 30% sobre 12	30% do proveito econômico bruto

		mensalidades do benefício, salvo se menor o prazo em que forem devidas.	
23.2.3	Ação de reconhecimento de tempo de serviço/contribuição sem concessão (averbação)	R$ 2.500,00 de entrada para início dos trabalhos e mais R$ 2.400,00 por ano averbado ou R$ 200,00 por mês averbado	-
23.2.4	Contratação para atuação somente em fase recursal	R$ 3.600,00	30% do proveito econômico bruto
23.2.5	Ação de revisão de benefício	Nas ações em que houver o pagamento de diferença vencidas e vincendas, a porcentagem será calculada sobre o total vencido, acrescido do valor correspondente a 12 (doze) prestações vincendas, salvo se menor o prazo em que forem devidas.	30% do proveito econômico bruto
23.2.6	Ação para requerer expedição de Certidão de Tempo de Contribuição/Serviço	R$ 2.500,00 de entrada para início dos trabalhos e mais R$ 2.400,00 por ano averbado ou R$ 200,00 por mês averbado	-
23.2.7	Ação ou contestação visando à manutenção de benefício previdenciário e assistencial	R$ 4.000,00	30% do proveito econômico bruto
23.2.8	Ação ou contestação visando manutenção de benefício e/ou afastamento condenação crime previdenciário	R$ 6.500,00	30% sobre a suposta dívida e/ou valor reduzido e proveito econômico do restabelecimento
23.2.9	Ação visando à restituição de valores indevidamente cobrados e/ou declaração de inexigibilidade dos valores cobrados pelo gestor do regime previdenciário, inclusive, no caso de benefício de prestação continuada da LOAS, bem como repetição de indébito	R$ 4.000,00	30% do proveito econômico referente aos valores atrasados ou sobre a economia que tiver

23.2.10	Mandado de Segurança Individual contra ato referente a cessação de benefícios ou revisões	R$ 6.072,00	30% do proveito econômico bruto
23.2.11	Mandado de Segurança individual quanto a mora na análise e conclusão do pedido administrativo	R$ 1.600,00	-
23.2.12	Sustentação oral em matéria previdenciária	R$ 1.800,00	-
23.2.13	Atuação em audiência isolada para coleta de prova/ Instrução Concentrada	R$ 1.800,00	-
23.2.14	Ação Rescisória	R$ 6.072,00	30% do proveito econômico bruto
23.2.15	Tutelas de urgências: mesmos percentuais ajustados no contrato sob cada parcela recebida até o trânsito em julgado da ação	Nas demandas judiciais o termo inicial é o do início dos efeitos financeiros do benefício e o termo final é uma anuidade após expedição do requisitório de pagamento (incluindo todas as parcelas vencidas até então). O período de tutela antecipada compreende o proveito econômico no que tange as parcelas vencidas, podendo ser pactuada a incidência mensal da porcentagem sobre todo período de tutela.	30% do proveito econômico bruto
23.2.16	Hipótese de Reafirmação da DER	10% sobre o valor que deixou de receber no período da DER até a reafirmação (nova DER)	Sugerido 25% sobre o valor que deixou de receber no período da DER até a reafirmação (nova DER)
23.2.17	Ação de repetição de indébito ou compensação pessoa física ou isenção em benefício previdenciário	R$ 3.150,00	30% do proveito econômico bruto ou sobre a economia que tiver
23.2.18	Prestação pelo serviço em caso de improcedência nos benefícios programáveis	R$ 1.600,00	-

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

23.3	**Advocacia previdenciária empresarial consultiva**		
23.3.1	Consultoria mensal sem vínculo empregatício	R$ 793,90	por hora trabalhada
23.3.2	Para empresas com até 20 empregados	R$ 3.175,59	-
23.3.3	Para empresas com 21 a 40 empregados	R$ 6.351,17	-
23.3.4	Para empresas com acima de 41 empregados	R$ 7.938,97	-
23.3.4	Parecer sobre interpretação de normas previdenciárias, planejamento previdenciário ou qualquer tipo enquadramento realizado pelo MPS ou INSS	R$ 7.938,97	-
23.4	**Advocacia contenciosa administrativa previdenciária empresarial**		
23.4.1	Atuação em Processo Administrativo – Acidente do Trabalho	R$ 4.763,38	30% do valor da economia que obtiver
23.4.2	Atuação em Processo Administrativo Fase Recursal – Acidente do Trabalho	R$ 2.381,69	30% do valor da economia que obtiver
23.4.3	Atuação no Programa de Reabilitação Profissional junto ao INSS	R$ 4.763,38	-
23.4.4	Contestação FAP	R$ 7.938,97	30% do valor da economia que obtiver
23.5	**Advocacia contenciosa judicial previdenciária empresarial**		
23.5.1	Atuação em Ação de Acidente do Trabalho como Terceiro Interveniente Interessado	R$ 4.763,38	-
23.5.2	Ação de Descaracterização de Acidente do Trabalho	R$ 5.315,00	-
23.5.3	Ação de Redução Alíquota FAP/SAT	R$ 5.315,00	30% do valor da economia que obtiver

23.5.4	Ação de Repetição Indébito ou Compensação	R$ 5.315,00	30% do valor da economia que obtiver
23.5.5	Defesa em Ação Regressiva Previdenciária – Acidente do Trabalho	R$ 5.315,00	30% do valor da economia que obtiver
23.6	**Advocacia administrativa e judicial (RPPS e Proteção Social das Forças Armadas)**		
23.6.1	Abono de Permanência, Reversão, Licença e/ou Reenquadramento		
	a) Administrativo	R$ 3.000,00	30% do proveito econômico bruto, se houver
	b) Judicial	R$ 5.000,00	30% do proveito econômico bruto, se houver
23.6.2	Readaptação de Benefício por Incapacidade		
	a) Administrativo	R$ 5.000,00	-
	b) Judicial	R$ 8.000,00	-
23.6.3	Concessão de benefício		
	a) Com necessidade de perícia ou audiência	R$ 8.000,00	30% de uma anuidade
	a) Sem necessidade de perícia ou audiência	R$ 5.000,00	30% de uma anuidade
23.6.4	Requerimento administrativo perante órgãos militares	R$ 3.000,00	30% do proveito econômico bruto, se houver e 30% de uma anuidade
23.6.5	Recurso administrativo perante órgãos militares	R$ 4.000,00	30% do proveito econômico bruto, se houver e 30% de uma anuidade
23.6.6	Ação judicial para concessão ou restabelecimento de benefício ao militar ou dependentes e beneficiários	R$ 8.000,00	30% do proveito econômico bruto, se houver

			e 30% de uma anuidade

Considerações de relevância máxima:

* O parâmetro utilizado para o apontamento dos valores mínimos dos serviços baseia-se no valor da hora intelectual do profissional e a média de horas empregada no referido serviço.

* O proveito econômico na esfera administrativa consiste nos valores auferidos entre a data do início do pagamento administrativo das parcelas (incluindo as retroativas/vencidas) do benefício ou das diferenças pleiteadas acrescidas, como sugestão, de mais 12 (doze) parcelas vincendas, ou seja, o termo inicial em relação as parcelas vencidas é o do início dos efeitos financeiros do benefício (DER/DIB) e o termo final é uma anuidade após a implantação definitiva do mesmo (incluindo todas as parcelas vencidas).

* O proveito econômico da ação judicial corresponde à soma das parcelas vencidas tendo como marco inicial dos efeitos financeiros do benefício a DER/DIB e como marco final a expedição do ofício requisitório específico (precatório ou RPV) à título de parcelas vencidas, acrescidos de 12 (doze) parcelas vincendas a partir de então, ocasião que se aplica o percentual sobre a anuidade ou ainda, pode ser aplicada a cobrança de no mínimo 3 (três) benefícios. O período de tutela antecipada compreende o proveito econômico no que tange as parcelas vencidas, não contemplando percentual incidente sobre as parcelas vincendas.

* Considera-se também proveito econômico, os valores pagos pela Autarquia diretamente ao Segurado (a) no curso do processo (administrativo ou judicial), seja por ocasião da colocação do benefício em manutenção, seja em sede de tutela de urgência de natureza antecipada ou tutela provisória de urgência de natureza cautelar.

* O abono anual pago ao segurado ou dependente (13º salário) também incidirá na base de cálculo dos honorários advocatícios, posto que inclui a base de cálculo do proveito econômico tanto no tocante as parcelas vencidas quanto nas vincendas, sendo legítima a cobrança sobre uma anuidade, quanto a estas.

* O cálculo da verba honorária terá como base o valor sobre a condenação bruta do montante devido ao cliente, excluída a sucumbência. No entanto, a eventual cobrança sobre o líquido, em face de alguma peculiaridade, não configura o aviltamento se estiver fixado no instrumento contratual.

* Os honorários previstos nesta Tabela não impedem que a advogada/advogado pactue com seu cliente o pagamento de honorários iniciais, independentemente do êxito da demanda. Os honorários remuneram os serviços da advocacia previdenciária, não sendo, obrigatoriamente, pactuados sobre proveito econômico. Até porque, nem sempre o serviço buscado resulta em proveito econômico imediato. É possível fixação de honorários sobre proveito econômico e também sobre demais serviços prestados. Dessa forma, eventual obrigação do cliente em devolver benefícios recebidos não implica a obrigação de a advogada/advogado devolver os honorários contratuais.

* No caso da demanda em que o benefício previdenciário seja indeferido, mas que seja deferido cômputo de tempo de contribuição, inclusive tempo especial para fins de futura aposentadoria, será devido o pagamento dos honorários mínimos estipulados quanto a averbação e, ainda, nos casos de improcedência de eventual benefício que não reste em averbação, é devido o valor pela prestação do serviço. A verba honorária sugerida, pode deixar de ser cobrada, acaso o cliente permaneça com o profissional para dar andamento em futuro jubilamento. Por fim, nos benefícios decorrentes da incapacidade ou ainda, salário maternidade, benefício de prestação continuada, fica a critério de cada profissional a cobrança ou a adoção de cláusula quota litis.

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

* A cobrança de honorários advocatícios na via administrativa e na via judicial não se confundem e, assim, podem ser cobrados separadamente com previsão em instrumento único ou contratos distintos.

Fundamentos intrínsecos:

Os honorários "quota litis ad exitum" serão devidos ao advogado pelo êxito processual obtido (valores brutos), mesmo que o cliente venha a optar por benefício mais vantajoso ou tenha descontos estranhos ao objeto da demanda contratada. Os valores da tabela são mínimos e sugeridos, sendo que o valor máximo de cobrança de honorários "quota litis ad exitum" é de 50% do proveito econômico, com base no art. 50 do Código de Ética e Disciplina.

Contudo, a limitação de 50% é sobre o percentual "quota litis ad exitum", não se aplicando sobre honorários sobre obrigação de fazer (implantação do benefício) ou sobre parcelas vincendas, ou sobre demais serviços do advogado previdenciarista realizados para preparo da ação. Para esta hipótese, o parágrafo segundo do artigo 50 do Código de Ética e Disciplina estipula apenas os critérios da moderação e razoabilidade.

No processo previdenciário, por vezes ações que poderiam ser realizadas separadamente (ex. averbação de tempo, implantação de benefício e cobrança de parcelas vencidas), podem ser requeridas em uma mesma demanda. Disso decorre que pode ser cobrado valor de honorários "quota litis ad exitum" em percentual limitado a 50% (incluída a sucumbência) sobre a parte do montante acumulado e, também, honorários sobre as outras ações juntadas no mesmo processo (ex. mensalidades do benefício, percentual sobre o proveito econômico de uma anuidade, valor sobre a averbação, etc), dentro do critério da moderação e razoabilidade.

Por isso, há hipóteses de que o valor cobrado seja maior do que 50% da parte cota litis, em ações previdenciárias, sem que tenha ocorrido falta ética.

A tabela então apenas sugere que sejam consideradas 12 parcelas (uma anuidade) como proveito econômico para parcelas vincendas em um benefício previdenciário e cobrado, no mínimo, 30% dessa anuidade como remuneração. Sendo plenamente razoável a cobrança em benefícios, como por exemplo, três, quatro, seis benefícios, ou valor pré-estabelecido, dependendo do contrato, de sua duração estimada do benefício futuro, bem como se se trata de Regime Próprio ou Geral.

24. Atividades em Matéria de Privacidade e Proteção de Dados		Valores	%
24.1	**Atividades Consultivas/Extrajudiciais**		
24.1.1	Mapeamento de dados pessoais (por processo – ex.: contratação, marketing)	R$ 650,00	
24.1.2	Análise dos processos internos da empresa e proposição de recomendações de melhorias (*GAP Analysis*) (por processo)	R$ 650,00	
24.1.3	Revisão e atualização de mapeamento (inventário) de dados pessoais (por processo)	R$ 480,00	
24.1.4	Elaboração de políticas (por política)	R$ 4.800,00	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

24.1.5	Elaboração de Relatório de Impacto à Proteção de Dados	R$ 5.200,00	
24.1.6	Avaliação do Legítimo Interesse (LIA)	R$ 3.200,00	
24.1.7	Elaboração de plano de atendimento aos direitos dos titulares de dados	R$ 5.200,00	
24.1.8	Elaboração do plano de resposta a incidentes com dados pessoais	R$ 8.200,00	
24.1.9	Suporte e orientação para aplicação do *Privacy by Design* e *by Default*, por produto, serviço ou solução	R$ 5.200,00	
24.1.10	Elaboração do programa de governança em proteção de dados pessoais		
24.1.10.1	- Para agentes de tratamento de pequeno porte	R$ 14.700,00	
24.1.10.2	- Para demais agentes de tratamento de dados	R$ 52.000,00	
24.1.10.3	- Por secretaria de Município	R$ 12.200,00	
24.1.11	Elaboração de termo de consentimento (valor por termo)	R$ 1.800,00	
24.1.12	Revisão e/ou atualização de políticas e procedimentos já existentes na empresa (por política/procedimento)	R$ 3.200,00	
24.1.13	Elaboração da comunicação de incidente à ANPD / titulares de dados, e demais tipos de notificações necessárias (imprensa, mercado, órgãos administrativos etc.).	R$ 5.200,00	
24.1.14	Atuação/consultoria na gestão de incidentes com dados pessoais		
24.1.14.1	- Para agentes de tratamento de pequeno porte, por incidente	R$ 10.200,00	
24.1.14.2	- Para demais agentes de tratamento de dados, por incidente	R$ 28.000,00	
24.1.14.3	- Na hipótese de contratação por carga horária (por hora)	R$ 1.400,00	
24.1.15	Resposta à ofício da ANPD e outros órgãos competentes	R$ 3.200,00	
24.1.16	Resposta a requisição do titular de dados pessoais, por requisição	R$ 800,00	
24.1.17	Treinamento, palestras, workshops (por evento)	R$ 8.200,00	
24.1.18	Elaboração de tabela de temporalidade para retenção de dados pessoais	R$ 5.200,00	

24.1.19	Elaboração de documentação para nomeação/formalização do cargo de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais	R$ 1.800,00	
24.1.20	Análise de aspectos de privacidade e proteção de dados em contratos, por contrato	R$ 3.200,00	
24.1.21	Elaboração de *Data Processing Agreements* (DPAs) - Contratos específicos entre agentes de tratamento	R$ 5.200,00	
24.1.22	Assessoria em transferência internacional de dados (análise de adequação de países destinatários, elaboração de cláusulas contratuais-padrão, certificações internacionais e outros mecanismos previstos nos artigos 33 a 36 da LGPD), por atividade	R$ 5.200,00	
24.1.23	Avaliação de aspectos de proteção de dados pessoais na contratação e/ou gestão de terceiros envolvidos no compartilhamento de dados, por avaliação (análise de conformidade)	R$ 4.800,00	
24.1.24	Parecer / consultoria e outros trabalhos não especificados:		
24.1.24.1	- Para agentes de tratamento de pequeno porte	R$ 5.200,00	
24.1.24.2	-Para demais agentes de tratamento de dados	R$ 14.200,00	
24.1.25	Atuação como DPO *as a service* (por hora)	R$ 1.200,00	
24.2	**Contencioso administrativo**		
24.2.1	Procedimento ou defesa administrativa em processo fiscalizatório e/ou sancionador da ANPD ou outro órgão	R$ 8.200,00	20%
24.2.2	Representação do titular em procedimento administrativo	R$ 5.200,00	20%
24.3	**Fase Judicial**		
24.3.1	Defesa dos interesses do agente de tratamento	R$ 12.000,00	20%
24.3.2	Defesa dos interesses do titular de dados	R$ 6.200,00	20%

25. Atividades em Matéria de Propriedade Intelectual		Valores	%
25.1	Hora técnica destinada a serviços de baixa/média complexidade que sejam incompatíveis com os serviços descritos nos itens 25.3.2 a 25.3.9, em razão de lógica e da estatura laborativa e econômica.	R$ 1.350,00	

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

25.2	Hora técnica destinada a serviços de alta complexidade que sejam incompatíveis com os serviços descritos nos itens 25.3.2 a 25.3.9, em razão de lógica e da estatura laborativa e econômica.	R$ 2.350,00	
25.3	**Fase Administrativa / Consultiva**		
25.3.1	Assessoria jurídica para busca de anterioridade para marca com opinião de registrabilidade	R$ 300,00	
25.3.2	Assessoria jurídica para busca de patenteabilidade, estado da arte e liberdade para operar	R$ 2.570,00	
25.3.3	Assessoria jurídica para depósito de pedido de registro (marca, desenho industrial, programa de computador, indicação geográfica ou direito autoral)	R$ 2.570,00	
25.3.4	Assessoria jurídica para depósito de pedido de patente ou registro (invenção, modelo de utilidade, certificado de adição ou proteção de nova cultivar)	R$ 5.140,00	
25.3.5	Assessoria jurídica para requerimento administrativo no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI (oposição, manifestação, nulidade, recurso, caducidade, deferimento, cumprimento de exigência e outras petições)	R$ 2.570,00	
25.3.6	Elaboração de contrato de licença ou cessão de direito de propriedade intelectual, transferência de tecnologia	R$ 5.140,00	
25.3.7	Assessoria jurídica para implantação e formatação de sistema de franquia empresarial	R$ 16.675,00	
25.3.8	Elaboração de termo de confidencialidade	R$ 3.000,00	
25.3.9	Assessoria jurídica para pedido de averbação de contrato ou de fatura junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI	R$ 2.570,00	
25.4	**Fase Contenciosa**		
25.4.1	Ação negatória e/ou abstenção de uso e/ou indenizatória em matéria de propriedade intelectual	R$ 16.675,00	20%
25.4.2	Ação de nulidade de ato administrativo do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual - INPI	R$ 11.140,00	20%
25.4.3	Busca e apreensão, cível ou criminal, em matéria de propriedade intelectual	R$ 9.970,00	20%

RIO GRANDE DO SUL

TABELA DE HONORÁRIOS 2026

26. Atividades em Matéria do Terceiro Setor		Valores	%
26.1	Elaboração/revisão de Estatuto Social	R$ 5.700,00	
26.2	Assessoria em Assembleia Constitutiva	R$ 3.000,00	
26.3	Acompanhamento de Registro em órgãos competentes para constituição de Pessoa Jurídica sem fins lucrativos	R$ 2.650,00	
26.4	Elaboração/revisão de Regimento Interno	R$ 5.690,00	
26.5	Acompanhamento no MP/MPF	R$ 2.645,00	
26.6	Assessoria na Regularização entidade sem fins lucrativos inativa	R$ 3.970,00	
26.7	Adequação à LGPD em matéria do Terceiro Setor	R$ 8.130,00	
26.8	Análise de Edital e Chamamento Público	R$ 3.550,00	
26.9	Elaboração de Proposta técnica, plano de trabalho	R$ 4.250,00	
26.10	Negociação e acompanhamento de assinatura de termo de colaboração/fomento	R$ 2.370,00	
26.11	Análise de documentos para prestação de contas	R$ 2.500,00	
26.12	Ação judicial em matéria econômico-financeira	R$ 7.140,00	10%

27. Atividades em Matéria Trabalhista		Valores	%
27.1	Atos Processuais por Hora Técnica	R$ 1.175,00	
27.2	Consultas em geral em matéria trabalhista	R$ 600,00	
27.3	Audiência Inicial ou Conciliação Trabalhista	R$ 400,00	
27.4	Audiência Una / Instrução	R$ 800,00	
27.5	Patrocínio de reclamante: sobre a condenação ou acordo	R$ 3.000,00	20% a 30%
27.6	Patrocínio de defesa da reclamada: sobre a condenação ou acordo	R$ 6.200,00	15% a 30%
27.7	Acréscimo em recurso ordinário sobre o valor do pedido e/ou contrarrazões	R$ 4.460,00	5%

27.8	Acréscimo no caso de recurso de revista sobre o valor do pedido e/ou contrarrazões	R$ 6.200,00	10%
27.9	Agravo de Instrumento/ Agravo Interno/ Agravo Regimental	R$ 4.000,00	
27.10	Sustentação Oral em Regional	R$ 6.000,00	
27.11	Sustentação Oral em Superior	R$ 12.000,00	
27.12	Mandado de Segurança	R$ 6.000,00	30%
27.13	Reclamação Constitucional	R$ 6.000,00	30%
27.14	Homologação de Acordo Extrajudicial - HTE	R$ 3.000,00	N/A
27.2	**Execução de Sentença ou Embargos a Execução/Terceiro**		
27.2.1	Como mandatário específico para o ato	R$ 6.000,00	20%
27.2.2	Se já for mandatário da causa principal, acrescer	R$ 3.000,00	5%
27.2.3	Processos cautelares em geral	R$ 4.460,00	10% a 20%
27.2.4	Ação de Produção Antecipada de Provas	R$ 4.000,00	
27.3	**DISSÍDIOS COLETIVOS: Representação em dissídio, acordo ou convenção coletiva:**		
27.3.1	de empresa de até 100 empregados	R$ 12.000,00	
27.3.2	de empresa de 101 até 300 empregados	R$ 14.860,00	
27.3.3	de empresa de 301 até 600 empregados	R$ 20.000,00	
27.3.4	de empresa com mais de 600 empregados	R$ 24.000,00	
27.3.5	de sindicato com mais de 50 empresas	R$ 18.000,00	
27.3.6	de sindicato com mais de 50 empresas	R$ 29.750,00	
27.3.7	de sindicato de empregados: aplicam-se os mesmos valores acima ou, contribuição recolhida		
27.3.8	Habilitação de crédito trabalhista tempestiva/retardatária		10%
27.4	**Inquérito judicial para a apuração de falta grave de empregado:**		
27.4.1	Defesa do empregado	R$ 4.950,00	20%

27.4.2	Propositura do inquérito	R$ 8.670,00	20%
27.5	**Consultoria, sem vínculo empregatício, de sindicato de trabalhadores:**		
27.5.1	na reclamatória do associado, sobre o valor auferido	R$ 6.200,00	20%
27.5.2	na reclamatória do não associado, sobre o valor auferido	R$ 7.000,00	20%
27.5.3	Consultoria, sem vínculo empregatício, de empresas com menos de 50 empregados	R$ 12.500,00	
27.5.4	Consultoria, sem vínculo empregatício, de empresa com mais de 50 empregados	R$ 16.500,00	
27.5.5	Consultoria Trabalhista Empresarial por hora técnica	R$ 1.175,00	
27.6	**Assessoria Trabalhista Empresarial Contenciosa por demanda ativa**		
27.6.1	De 20 a 50 processos	R$ 300,00	
27.6.2	De 51 a 100 processos	R$ 280,00	
27.6.3	De 101 a 250 processos	R$ 250,00	
27.6.4	De 251 a 500 processos	R$ 220,00	
27.6.5	Acima de 500 processos	R$ 200,00	

28. Atividades em Matéria de Trânsito		**Valores**	**%**
28.1	**Fase Administrativa**		
28.1.1	Análise de processo administrativo com parecer verbal	R$ 1.000,00	20%
28.1.2	Parecer técnico em matéria de Trânsito	R$ 3.500,00	20%
28.1.3	Defesa / Recurso em auto de infração (por fase administrativa) *	R$ 800,00	20%
28.1.4	Defesa / Recurso em processo de suspensão do direito de dirigir (por fase administrativa)*	R$ 1.000,00	20%
28.1.5	Defesa / Recurso em processo de cassação da carteira de habilitação (por fase administrativa)*	R$ 1.500,00	20%
28.1.6	Defesa /Recurso em exame médico/psicológico	R$ 1.500,00	20%

28.1.7	Diligências (CFC, CRVA, CRD e CDV)	R$ 1.200,00	20%
28.1.8	Acompanhamento de liberação / regularização de veículo removido a depósito	R$ 1.500,00	20%
28.1.9	Acompanhamento em oitiva perante os Órgãos Fiscalizadores em matéria de transporte.	R$ 1.500,00	20%
28.1.10	Assistência, defesa ou recurso em processos envolvendo credenciados/permissionários de serviços públicos	R$ 10.000,00	20%
28.2	**Fase judicial**		
28.2.1	Ação ou defesa no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública	R$ 7.000,00	20%
28.2.2	Ação ou defesa no âmbito da Justiça Comum	R$ 9.910,00	20%
28.2.3	Sustentação oral nas Turmas Recursais da Fazenda	R$ 1.500,00	20%
28.2.4	Sustentação oral nos Tribunais	R$ 1.800,00	20%
***Nota explicativa:** Nos itens 28.1.3, 28.1.4 e 28.1.5, os honorários são fixados por fase administrativa, devendo cada etapa do procedimento (ex.: defesa, JARI e CETRAN/órgão equivalente) ser considerada de forma autônoma para fins de fixação dos honorários.			

	29. Atividades perante Tribunais e Conselhos	Valores	%
29.1	Elaboração Memoriais de Julgamento	R$ 3.550,00	
29.2	Audiência prévia ao Julgamento	R$ 3.550,00	
29.3	**Procedimentos isolados perante os Tribunais Estaduais e/ou Regionais**		
29.3.1	Recurso de Agravo de Instrumento	R$ 8.650,00	
29.3.2	Recurso de Apelação ou contrarrazões	R$ 11.600,00	
29.3.3	Embargos Declaratórios ou Embargos Infringentes	R$ 8.650,00	
29.3.4	Conflito de jurisdição	R$ 8.650,00	
29.3.5	Exceção de Suspeição	R$ 8.650,00	
29.3.6	Ajuizamento de Remédios e Ações Constitucionais em Instâncias Ordinárias (Habeas Data, Ação Civil Pública, Ação Popular, Mandado de Injunção)	R$ 17.250,00	

29.3.7	Ações de Controle de Constitucionalidade no TJRS	R$ 17.250,00	
29.3.8	Ação rescisória – proposição ou defesa	R$ 14.800,00	20%
29.3.9	Outros procedimentos perante Tribunais	R$ 8.650,00	
29.4	**Recursos perante Tribunais Superiores – STJ e STF**		
29.4.1	Recurso Especial	R$ 23.530,00	
29.4.2	Recurso Extraordinário	R$ 23.530,00	
29.4.3	Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas IRDR e IAC (Incidente de Assunção de Competência)	R$ 23.450,00	
29.4.4	Embargos de Divergência	R$ 23.450,00	
29.4.5	Ingresso como *amicus curiae* com memorial	R$ 23.450,00	
29.4.6	Propositura de reclamação constitucional	R$ 23.450,00	
29.4.7	Ações originárias nos Tribunais Superiores (ADI, ADC, ADPF, ADO, MI)	R$ 23.450,00	
29.5	**Sustentação oral**		
29.5.1	Tribunais Estaduais, Regionais e Conselhos Estaduais	R$ 14.800,00	
29.5.2	Tribunais Superiores e Conselhos Federais	R$ 17.250,00	
29.6	**Atuação perante Conselhos e Tribunal de Contas**		
29.6.1	Atuação perante Conselho Profissional	R$ 17.850,00	
29.6.2	Atuação perante Conselho Administrativo	R$ 17.850,00	
29.6.3	Atuação perante Tribunal de Contas	R$ 23.450,00	

30. Tabela de Diligências – Advocacia de Correspondência		Valores	%
30.1	Representação em audiência preliminar de conciliação	R$ 475,00	
30.2	Representação em audiência de instrução	R$ 950,00	
30.3	Diligências em geral	R$ 300,00	
30.4	Despacho, em sede de diligência, com Juiz, Chefe de Secretaria/Escrivão, Polícia, Fazenda ou Ministério Público	R$ 600,00	